**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA TRATAR SOBRE A SEGURANÇA NAS PRAIAS DE FLORIANÓPOLIS, BEM COMO DO LITORAL DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2023, ÀS 19H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART WRIGHT, DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**A SRA. LETÍCIA DIAS BARBOSA** – (*Passa a ler.*)

“A pergunta que não sai da memória: no final das contas, não vai sobrar nenhuma? Penso, repenso, reflito, converso e lá vem mais uma: foi aos 9 anos, comigo aos 15, aos 20, aos30, crianças, meninas, jovens, mulheres. Foi meu tio, meu irmão, meu padrasto, pai, amigo, marido, desconhecido... Será que no final, com60, 70, alguma vai me dizer: eu passei ilesa nessa vida!

O silêncio paira no ar. Ninguém conta, ninguém comenta. Tabu! O assunto é pesado para ser tratado. Pesado é o corpo de um homem sobre uma menina de 10 anos. Pesadas são as minhas lembranças. Os anos passam, passam, passam, mas se fechar os olhos, posso te contar exatamente como foi. Vai encarar? Não! Não quer saber, afinal é pesado para ser falado. Mas e para eu lembrar? Tu não tens culpa? E que culpa eu tenho para carregar esse fardo que o patriarcado me deu? Não conta! Para não destruir a família. Não fala! Porque o fulano vai ficar malvisto.

Faz de conta que nada aconteceu, esquece, vamos adiante... E assim segue a vida... E aí, parceiro, não quer falar? Lanço-te um desafio: pergunta para a mãe, irmã, tia, esposa ou para a filha se uma delas escapou? Quer fugir da culpa? O abuso é questão de cultura, ou divide o fardo, ou fardo será! Que é pesado, eu bem sei. Não é de hoje que carrego, mas calar, nunca mais! Não nos calaremos!” (*Palmas.*)

Este texto é da companheira Fabíola Girotto.

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Motta Pires Filho)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a esta audiência pública convocada pela Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, atendendo requerimento do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu, o Marquito, que tem por objetivo discutir a segurança nas praias de Florianópolis, bem como tratar sobre denúncias de casos de assédio e de abuso sexual que ocorreram com mulheres, jovens e crianças em diferentes trilhas de acesso às praias do sul da Ilha, bem como em todo o litoral de Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor membro da Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos José de Abreu, oMarquito; a excelentíssima senhora Deputada Estadual da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Luciane Carminatti; a senhora Delegada da 6ª Delegacia de Polícia da Capital, Isabel de Oliveira da Luz Fontes;o senhor Comandante do 4º BPM de Florianópolis, Tenente-Coronel André Rodrigo Serafin; o senhor Comandante da Guarda Municipal de Florianópolis, Andrey de Souza Vieira; a senhora presidente da Associação de Moradores do Campeche (Amocam), Roseane Lucia Panini; a senhora chefe do Departamento de Unidades de Conservação da Floram, Mariana Coutinho Hennemann; a senhora coordenadora do Laboratório de Ecologia de Invasões Biológicas, Manejo e Conservação da UFSC, Michele de Sá Dechoum; a senhora representante do Grupo de Mulheres do Campeche, Jucedna Cesane da Silva; a senhora Defensora Pública da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, Lorena Cordeiro; e a senhora Karina Lobo, mãe de criança vítima de abuso.

Citamos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e personalidades que se apresentaram ao nosso Cerimonial:a senhora secretária executiva do Instituto Çarakura, Amanda Faraco Soares, neste ato representando a senhora presidente do Instituto, Andréa de Oliveira;o senhor coordenador de Fiscalização da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (Aris), Wilian Goetten, neste ato representando o senhor diretor-geral, Adir Faccil; a senhora coordenadora estadual da Frente Nacional das Mulheres com Deficiência, Ana Candelmo; a senhora membro do Setorial da Cultura Negra, Daniela Ramos Cândido; e a senhora assessora parlamentarGabriela Sagaz, neste ato representando o gabinete da senhora Vereadora de Florianópolis, Carla Ayres.

Este Cerimonial convida o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu, o Marquito, para proceder à abertura oficial da audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)**– Boa noite a todos e a todas. Quero, antes de mais nada, agradecer e enaltecer o trabalho da assessoria do mandato, agradecer imensamente à companheirada, à mulherada que compõe o mandato agroecológico, o nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa, que desde o dia 8 de março tem sido a condução e o motor dessas iniciativas e desse trabalho. Então, quero agradecer muito pela mística de abertura feita pela Letícia; à Mexiana pelo trabalho da assessoria jurídica; e à Maíra, que foi uma grande e importante peça para a organização deste evento. Então, quero deixar aqui bem estabelecida essa presença e a condução desses trabalhos.

Inicialmente querome solidarizar com todos os casos e fatos que vêm acontecendo na Ilha de Santa Catarina e também em todo o litoral catarinense e dizer que nós estamos aqui com o objetivo muito sincero de encontrar, através de políticas públicas, através de ações do Estado e de ações pedagógicas, uma sociedade mais justa. Esse é o nosso objetivo.

Antes de dar início e de fazer os relatos, quero também agradecer pela presença de todos que aceitaram o convite para estarem na mesa para ampliarmos este debate; e também agradecer a todas as pessoas que estão nos acompanhando pelas redes sociais.

Vou passar imediatamente a palavra para a Deputada Luciane Carminatti, que é uma grande companheira, uma grande parceira de muitas lutas aqui na Assembleia Legislativa, e depois eu volto aqui para relatar um pouco dos objetivos da audiência e do método que nós vamos utilizar.

Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI** – Boa noite à mesa, a todos que já foram nominados pelo protocolo, e os meus cumprimentos a todas as pessoas que aqui estão.

Fiz questão de vir porque o Marquito é um parceiro de causas, de lutas e de sonhos. Então, eu e ele temos aparecido muito juntos, em várias coisas. Às vezes ele faz audiência e eu estou aqui; aí eu faço uma audiência e ele está aqui. E assim, eu e ele, ele e eu, vamos lá. Nós compactuamoscom o entendimento de que a nossa sociedade precisa avançar muito na humanização das relações, no respeito e na dignidade humana. E nós precisamos encarar os problemas quando eles existem.

Eu sempre digo que a melhor forma de não resolver um problema é não enxergar esse problema. Se nós queremos resolver, nós precisamos enxergar, precisamos nos abrir para ouvir e precisamos refletir sobre o que estamos fazendo para sabermos se estamos dando conta ou não. Então, esse é o primeiro entendimento.

Quando esse tema é pautado, eu tenho certeza de que não é pautado somente para o litoral. Quando nós olhamos o tema da violência contra meninas e mulheres, o assédio, o abuso e tudo o que foi aqui mencionado, nós estamos falando do Estado de Santa Catarina, que é um Estado que tem muitos indicadores positivos, é verdade, mas nós também precisamos dizer que existem indicadores que nos envergonham.

Esta semana nós tivemos uma reunião do Observatório da Violência Contra a Mulher, que tem um Comitê Gestor e nele tem o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Ministério Público de Contas, a Assembleia Legislativa, o governo do Estado - com a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria de Educação e a Secretaria da Saúde -, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, a OAB, a Defensoria Pública, enfim, está todo mundo nesse Comitê que responde, de um jeito ou de outro, por uma parte das políticas públicas. E quando o relatório foi apresentado, Marquito, nós descobrimos que estamos com noventa mil mulheres e meninas que sofreram violência em Santa Catarina.

Inclusive eu quero que façamos as contas para sabermos em quantas cidades isso ocorre no nosso Estado. São violências das mais variadas: obstétrica, doméstica, degênero, racial e todas as violências que as mulheres vêm sofrendo. E a pergunta que nós fazemos é: o que mais nós temos que fazer? Ou: onde é que nós não estamos fazendo? Ou: será que estamos fazendo o suficiente? Então, esse debate é mais do que necessário.

E essa semana foi muito engraçada, vou contar um episódio que o Marquito presenciou. Eu estava no Plenário no final da sessão – nós estávamos falando de violência contra a mulher – e um colega Deputado veio e me disse assim: mas, Deputada, e quando as mulheres vêm com as roupas abertas, com as pernas de fora, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê. Eu olhei para ele e perguntei: o que você está querendo dizer com isso? E ele disse: não, mas o que a gente faz? Faz nada! É o corpo dela, não é o seu, ela não está fazendo para ti, ela está fazendo para ela, ela está vestindo a roupa que ela quer vestir porque ela se sentebem assim e você não tem nada a ver com as pernas de fora ou com os seios à mostra.É sobre o corpo dela que nós estamos falando,não é sobre você. Ele me olhou, acho que ficou uns dois minutos parado, o Marquito veio e disse: Lu, não adianta, tu desteuma aula, mas ele não entendeu nada.

E por que eu estou falando isso aqui? Eu estou querendo dizer o seguinte: nós ficamos tristes quando escutamos isso, mas ao mesmo tempo nós precisamos entender que talvez seja importante essa fala, porque na geração da minha mãe não tinha essa fala, na geração da minha mãe e da minha avó isso era naturalizado. Ou seja, a mulher usava a roupa que o homem queria, que o pai queria, que o filho queria; aliás, que o marido queria, e hoje nós não aceitamos mais isso. Então as pessoas ficam chocadas, porque é o feminismo que está nos colocando de pé para dizer o seguinte: nós existimos e queremos ser respeitadas, pois é o nosso corpo, é a nossa vida.

Então, eu disse para ele: eu nunca te ataquei, eu nunca te assediei, por que você tem que me assediar? É a mesma relação, nós queremos igualdade, só isso.

Estou falando isso para vocês para dizer que a batalha é enorme, com enormes desafios, mas nós vamos fazer todos os debates, enfrentamentos e ações necessárias e não vamos baixar a cabeça. Nós vamos continuar lutando, porque baixar a cabeça significa aceitar.

Então, eu quero deixar um abraço aqui para vocês. Eu pedi para o Marquito para falar antes porque eu estou com duas agendas e fico tendo que correr, mas eu quero aqui, publicamente, Marquito, dizer para ti que podem contar comigo em todos os encaminhamentos que vocês derem, porque nós vamos ajudar, trabalhar e assumir junto essa lutaque é nossa.

E obrigada por você ser um homem feminista de coração. Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Deputada Luciane, nossa querida Lu Carminatti.

Quero dizer que este é um tema nada agradável, nós não gostaríamos de estar aqui tendo que fazer este debate, mas a sociedade nos exige, exige que tenhamos posição e que coloquemos os instrumentos que nós temos nas mãos, no caso o mandato, a serviço da justiça e também da garantia de direitos. E quero dizer que esse é o nosso intuito.

No dia 8 de março, de forma muito triste foi anunciada a notícia de um caso de tentativa de estupro, de violência na região da Lomba do Sabão, e esse não era um fato isolado, pois já havia uma série de denúncias e tentativas de organização por parte das mulheres por conta de violências que estavam acontecendo naquela região e que se somavam ao histórico de muitas outras violências, especialmente nesse contexto de sair de casa para ir à praia, sair de casa para ir às compras, sair de casa para pegar o ônibus.

Nós recebemos vários casos assim e o mandato acolheu essas questões e começou um trabalho, através também da organização das mulheres, para reivindicar os seus direitos naquela região. E para começarmos esse diálogo fizemos algumas ações: nós fomos até o Comando-Geral da Polícia Militar para saber como a Polícia Militar entendia esses fatos, quais eram os indicadores que existiam, quais os mecanismos de segurança ou quais as políticas para a área da segurança pública nesse sentido; nós tivemos a presença da Guarda Municipal de Florianópolis no nosso gabinete, em conjunto com esse coletivo de mulheres, para sabermos quais as medidas que a Guarda Municipal estava tomando e se estava atenta a esses fatores; nós estivemos na Delegacia ligada à defesa dos direitos das mulheres, da Polícia Civil, também acompanhado pelos representantes desse coletivo. E essas visitas, essas reuniões, levaram a duas reflexões iniciais: a primeira é a problemática sobre realizar a denúncia; e a segunda é a dificuldade de uma mulher em se reconhecer como uma mulher que está sendo violada diante dessas diferenças ou até mesmo dessas sutilidades existentes nos crimes contra a dignidade sexual das mulheres. [*Transcrição: Marivânia Pizzi / Revisão: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Então, a partir disso fizemos uma reunião com as entidades comunitárias aqui na Assembleia Legislativa e encaminhamos a necessidade de se realizar uma audiência pública, que é um momento público da Assembleia Legislativa, assim como desenvolver uma campanha de mobilização para que as mulheres, especialmente os homens e toda a sociedade, conhecessem efetivamente os quatro crimes contra a dignidade sexual das mulheres, o que foi feito através de um panfleto mostrando as quatro tipologias de crimes contra a dignidade sexual das mulheres, que é a importunação sexual, o assédio sexual, o estupro e a violação sexual mediante fraude.

Com esse material começamos a dialogar com o Observatório, que defende as mulheres aqui na Casa Legislativa, assim como esse material foi assumido pela Bancada Feminina da Assembleia Legislativa, da qual fazem parte as Deputadas Luciane Carminatti e Paulinha, são as duas Deputadas que a compõem, pela Defensoria Pública, pela Procuradoria da Mulher desta Casa e pela Secretaria da Mulher do Parlamento Catarinense, que são espaços que nós temos aqui na Casa. E esta audiência está se realizando no último dia do fechamento dos 21 dias de ativismo contra a violência à mulher, ou seja, encerramos esses 21 dias de ativismo com esta audiência pública e com a entrega do material.

Além disso, também produzimos um cartaz para ser colocado nos espaços de grande circulação dos bairros que orienta sobre as formas de se fazer a denúncia, porque o relato é sempre o mesmo, as mulheres são violentadas, são violadas e têm dificuldade de realizar a denúncia numa Delegacia, por exemplo, e muitas vezes ainda são duplamente violentadas e violadas por fazerem a denúncia, por todo o esforço que sofrem nessa tentativa de denúncia oficial, não é? E, aí, o debate foi se acumulando o suficiente para que se fizesse, num primeiro momento, a denúncia de forma virtual para que essas mulheres ficassem protegidas até que tenhamos condições efetivas.

O fato concreto é o que esse tipo de crime tem crescido de forma exponencial, infelizmente. Nós temos dados de 2019 até 2023 que nos foram repassados pela Polícia Civil do Estado de Santa Catarina: nós tivemos em Florianópolis, até o dia de hoje, 632 casos notificados pela Polícia Civil, e em 2019 nós tivemos 460 casos. No sul da Ilha, em 2019, nós tivemos 50 casos e até o dia de hoje nós já tivemos 97 casos. Isso demonstra, primeiro, que a sociedade não está evoluindo ou as instituições não estão garantindo justiça, pois os crimes estão aumentando. Significa que nós temos também uma dificuldade de alcançar o resultado dos processos e, principalmente, de que precisamos realizar políticas públicas integradas entre as diferentes instituições de segurança pública, as instituições que atuam no campo do planejamento urbano, da proteção ambiental e do desenvolvimento urbano, principalmente que precisamos ampliar e usar esses espaços, como o da Assembleia Legislativa, para denunciar e tornar público que são crimes contra a dignidade sexual das mulheres, bem como possamos fazer um papel de acolhimento, de apoio a essas mulheres, a essas crianças e a esses jovens que são violentados ou violados para que esses fatos não se repitam.

Obviamente que com o aumento das denúncias, torna-se necessário que as instituições também tenham estrutura para poder realizar o processo de investigação e de encontrar todos os criminosos, conseguindo dar uma resposta à sociedade em relação a essa situação. Não é fácil, porque o processo é sistêmico, mas também não é justo nós nos calarmos e fazermos de conta que não existe. Por isso estamos aqui no dia de hoje.

Diante desse relato e do que nos traz aqui hoje, temos como objetivo desta audiência ouvir os diferentes setores da sociedade, as instituições e encaminhar medidas concretas, nas quais vamos trabalhar enquanto mandato na Assembleia Legislativa, com políticas públicas que se relacionam, bem como entender um pouco das funções de cada instituição. Às vezes queremos cobrar da Floram, que é um órgão de proteção ambiental, uma atuação na segurança pública, e muitas vezes acabamos não tendo condições de ter acesso às instituições de segurança pública para cumprir a função da segurança pública. Bem como também necessitamos de medidas que tratam sobre a relação com aqueles ambientes, que estão cada vez mais degradados, no caso os ambientes naturais de acesso à praia, pois ocasionam esses fatores pelo distanciamento que vamos criando e vamos gentrificando esses espaços, tornando-os, inclusive, muito mais suscetíveis a esses tipos de crime.

Assim sendo, nessa perspectiva e sendo muito sincero, porque são debates muito caros para nós o da segurança, o da garantia de direitos, o da proteção ambiental, o do acesso público às praias, porque também foram conquistas, gostaria de dizer que nós temos um caso muito emblemático no Morro das Pedras, onde os acessos públicos à praia tinham sido fechados, mas graças à ação do órgão ambiental e do Ministério Público Federal foram retomados esses acessos públicos. Por isso queremos fazer este debate com muita tranquilidade e com muita consciência.

Inicialmente eu passo a palavra à Mariana Coutinho Hennemann, chefe do Departamento de Unidades de Conservação da Floram (Depuc), que por cinco minutos vai falar um pouco das ações e da percepção do Depuc em relação a essa questão que nós estamos debatendo aqui.

**A SRA. MARIANA COUTINHO HENNEMANN** – Boa noite a todos.

Eu quero começar a minha fala agradecendo ao Marquito pelo convite, é um prazer estar aqui, e já pedindo desculpas, porque infelizmente eu tenho um compromisso logo mais, então não vou poder acompanhar todo o debate, mas vou assisti-lo depois. Mas fiz questão de estar aqui para trazer um pouco da visão em relação às unidades de conservação, e alguns participantes podem se perguntar o que unidade de conservação tem a ver com isso?

A grande maioria das nossas trilhas e dos nossos acessos à orla, hoje, estão dentro de unidades de conservação, a maioria delas municipais. A Floram faz a gestão de dez unidades de conservação municipais, dentre elas o Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, então todos aqueles acessos ali da região do Campeche então dentro da unidade de conservação, o Parque Natural Municipal de Lagoinha do Leste, da Lagoa de Jacaré das Dunas do Santinho também, onde temos vários acessos à orla, e também o Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri, o Monumento Natural Municipal da Galheta, onde sabemos que algumas ocorrências acontecem em relação ao tema que está sendo debatido aqui.

Do ponto de vista da gestão, nós sabemos que o problema tem uma característica mais voltada para a questão da segurança pública, mas não quer dizer que nós, como órgão ambiental, também não possamos fazer nada.

Então, nesse sentido, eu queria trazer para vocês no dia de hoje, para quem não acompanha tanto o trabalho do Departamento de Unidades de Conservação, que estamos num momento muito favorável para a melhoria de situações em relação a essas trilhas, a esses acessos à orla, que é o processo de finalização de sete planos de manejo e de unidades de conservação, dentre elas todas as que eu citei aqui agora para vocês. O plano de manejo, para quem não está muito familiarizado, é equivalente ao plano diretor de uma unidade de conservação. Então ele define os zoneamentos, as características das áreas na unidade de conservação e traz normas para essas áreas. E dentro desse trabalho dos planos de manejo nós fizemos um mapeamento dessas trilhas, dos acessos e determinamos, através de um zoneamento, quais serão as trilhas e os caminhos oficiais que poderão ser utilizados. Isso vai nos permitir também iniciar um trabalho de fechamento e de recuperação de caminhos alternativos, que chamamos de caminho de rato, que sabemos acontece muito nas dunas. São vários pequenos caminhos que vão sendo abertos e essas áreas são muito propícias para esse tipo de incidente acontecer.

Então, acreditamos que com o plano de manejo vamos ter mais subsídios para trabalhar com o fechamento dessas áreas, ordenando esses acessos principalmente à orla das praias, que é um dos principais locais que está dentro desse debate, mas não só isso, também outras trilhas que dão acesso a áreas mais remotas, as unidades de conservação têm essa característica, de terem ambientes mais remotos, muitas vezes com acesso a áreas que não têm tanto a presença de pessoas e, infelizmente, acabam sendo os cenários também desse tipo de incidente.

Do ponto de vista do Departamento de Unidades de Conservação, vemos este momento como favorável, no entanto continuamos vendo que nas unidades de conservação trabalhamos com uma equipe bastante enxuta, o que não nos permite fazer as coisas na velocidade muitas vezes e da forma como gostaríamos. Portanto, acho importante também que busquemos um apoio para termos uma maior robustez no Departamento para podermos fazer uma boa sinalização das trilhas, o que é muito importante, assim como o manejo dessas trilhas, para que sejam mais seguras do ponto de vista da passagem das pessoas.

Também quero dizer que dentro do Departamento, além da gestão das dez unidades de conservação, onde estão muitas das trilhas, temos o Programa Roteiros do Ambiente, que é um programa que foi estabelecido para fazer a gestão, o manejo das trilhas do Município, não só as que estão dentro das unidades, mas as que estão fora também, e esse programa, inclusive, prevê a possibilidade de parcerias com a sociedade civil para fazer esse manejo, esse cuidado com as trilhas. Isso pode ser também uma boa oportunidade de estarmos desenvolvendo parcerias para melhorar essa condição e a segurança das nossas trilhas com entidades da sociedade civil. Esse programa funcionou relativamente bem até 2020, depois em função da pandemia o grupo se desmobilizou um pouco, mas temos como objetivo do Departamento para o ano que vem retomar esse programa e convidar parceiros da sociedade civil para nos ajudar nesses trabalhos.

Era um pouco isso o que eu queria trazer e do ponto de vista da gestão de unidades de conservação é isso o que teremos condições de contribuir. Os planos de manejo vão dar esse subsídio para nós e vamos buscar parcerias também para conseguirmos os recursos para fazer melhor a sinalização e o ordenamento dessas trilhas, as parcerias com a Universidade Federal de Santa Catarina, e está ali a professora Michele, que tem nos ajudado bastante na recuperação de áreas degradadas, na recuperação das áreas de restinga nesses acessos alternativos que são abertos.

Temos uma boa perspectiva aí na frente, mas também precisamos de muita ajuda, muito apoio não só do próprio Poder Público municipal, mas de outras entidades do Poder Público e da sociedade civil também. E o Departamento de Unidades de Conservação fica na Lagoa do Peri e está sempre de braços abertos para debater essas questões e para quem quiser colaborar com o Departamento nesses aspectos.

Obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Mariana.

Eu queria informar que a energia elétrica da Casa caiu, estamos com o gerador, então a transmissão está só com áudio. Se alguém quiser transmitir por algum canal alternativo, de bairro, ou por algum perfil no Instagram, fique à vontade. Então só para informar para todos e todas que está transmitindo, mas só com áudio.

Eu agradeço a Mariane pela disponibilidade e ressalto a importância de a Floram ter o Programa Roteiros do Ambiente, especialmente pelo entendimento de que precisamos de recursos, de estrutura e de condições para o trabalho da Floram ser realizado com a qualidade que precisa, não é? Isso fica bem evidente e a ausência deles acaba também gerando esse clima de insegurança, então é importante entender que não é só com ação de segurança pública que vamos resolver, mas com ações integradas.

Eu vou passar, agora, a palavra à professora Michele de Sá Dechoum, coordenadora do Laboratório de Ecologia de Invasões Biológicas, Manejo e Conservação da Universidade Federal de Santa Catarina, que vai colocar um pouco sobre essa perspectiva ambiental, por até cinco minutos.

**A SRA. MICHELE DE SÁ DECHOUM** – Boa noite.

Bom, gente, como o Marquito disse, eu acho muito bom estarmos aqui discutindo o que estamos discutindo juntos, mas é uma pena que o tema seja em função de tudo o que tem acontecido.

Eu sou moradora do Campeche há dezesseis anos e assim como muitas das pessoas que estão aqui, sei exatamente do que vocês estão falando. Eu vou à praia e acho que foi muito legal essa ideia que você teve, Marquito, sobre essa demanda que eu já tinha apresentado fazia um tempo: Marquito, nós precisamos olhar para essas dunas que cada vez mais têm mais buraco, e como termos um olhar para isso numa perspectiva mais ampla do que, digamos assim, exclusivamente ambiental. Então acho que foi muito pertinente essa tua ideia.

Uma outra coisa que eu queria comentar com vocês, além de falar um pouco dessa questão mais ambiental, é que para nós, da universidade, para nós que trabalhamos na área de ecologia, e muito especificamente para esses grupos de pesquisa que trabalham estudando ambientes naturais, não termos segurança também para fazer o trabalho é uma coisa importante. No meu grupo de pesquisa, por exemplo, acho que 60%, 70% são mulheres, e temos um acordo ali de que ninguém vai para campo sozinha, na verdade homens e mulheres, não é? Mas muito da preocupação que temos também é como vamos fazer estudos, trabalho científico, se não temos segurança para isso?

Como o Marquito e a Mariana muito bem colocaram, eu acho que esse não é um problema no qual uma ou outra instituição que vai resolver o problema. Eu acho que todos juntos poderemos fazer muito mais coisas. Mas eu quero trazer a perspectiva do que entendemos como bem-estar, para podermos ter o nosso lazer, fazer o nosso trabalho. E isso tem a ver com o nosso contato com ambientes naturais e com a segurança que temos ao acessar esses ambientes. Então isso vai muito além do ir à praia, é nessa perspectiva que eu quero falar, vai muito além do ir à praia, vai no sentido de termos liberdade para fazer o que precisamos fazer nessas áreas.

Com relação especificamente a essa vegetação que cobre essas áreas próximas à praia, as áreas de restinga do nosso Município, essas têm sofrido uma pressão muito grande por conta da urbanização e muito por conta da abertura de novos caminhos, que foi um pouco do que a Mariana disse. O.k., mas qual a relação disso que o que estamos discutindo? Tem tudo a ver.

Nós estamos falando da abertura de novos caminhos que fazem com que tenhamos uma degradação ambiental muito grande, e podemos falar muito sobre isso, falar sobre como isso compromete inclusive a nossa capacidade de lidar com esses eventos climáticos extremos, por exemplo. Podemos olhar para essa perspectiva, mas também podemos olhar para a perspectiva de como isso acentua ainda mais, agrava ainda mais essas questões de segurança que temos nessas áreas.

Já faz algum tempo que essa tem sido uma preocupação e como universidade temos trabalhado muito pontualmente com organizações, com associações de surfe, no sentido de tentar ordenar um pouco essa questão da passagem de pessoas pelas dunas, de como cuidar um pouco da segurança das pessoas, mas também cuidar do ambiente.

O que eu quero colocar aqui para vocês é que os encaminhamentos que podemos tirar daqui... Eu falo especificamente do nosso grupo de trabalho, do nosso grupo de pesquisa da universidade, nós somos parceiros no que for definido aqui, tanto no sentido de trabalhar junto para definir o que vai ser feito, como também para implementar essas ações. [*Transcrição e Leitura: Siomara G. Videira*]

Era isso o que eu queria dizer. Não vou me estender muito, mas só colocar que cada vez mais temos que pensar de forma integrada, holística, olhando para o bem-estar, para a segurança das pessoas e também para o cuidado com o lugar onde moramos.

Acho que é isso. Eu agradeço de novo, Marquito, e estamos juntos. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Michele.

O trabalho que é elaborado pelo Laboratório é bem interessante. Hoje tem um manejo de espécies exóticas, especialmente o pinus na área das dunas e na área de restinga, e certamente é um laboratório que conhece muito desses lugares, que são muitas vezes utilizados para uma caminhada, uma visita. Quem não gosta de caminhar entre as lagoas naturais das dunas da Lagoa da Conceição, das dunas da Joaquina? Tem todo esse fator e justamente nós estávamos com esse cuidado, sabe, o debate sobre a insegurança de ir à praia, de usar esses acessos e também de nos afastar dessas coisas que sempre fizeram parte e fazem parte da vida das pessoas que moram perto de lugares tão fabulosos como os nossos. Essa dimensão também não queríamos perder. Ao mesmo tempo, existem as ações ambientais, as ações urbanísticas, como foi colocado aqui, os crescimentos... Os dados do Campeche acompanham os números do crescimento urbano que o Campeche sofre. Essa visão integrada nós sabemos que não é fácil para quem foi violentada, para as mulheres que estão nesse lugar crítico, mas ao mesmo tempo é tarefa nossa ampliar essa discussão, esse debate.

Passo a palavra para a presidente da Associação de Moradores do Campeche (Amocam), Roseane Lucia Panini.

**A SRA. ROSEANE LUCIA PANINI** - Boa noite, mesa e todos que vieram aqui nesta audiência pública.

Voltando um pouquinho, 8 de março, Dia da Mulher, que teve essa importunação, na verdade foi um assédio com uma menina no Campeche e que motivou as mulheres de lá, principalmente a Tiala, a Fernanda e têm muitas outras meninas envolvidas, a Ju também, a começarem esse processo de não ficar calada, porque geralmente é isso o que acontece, nós vemos, ouvimos falar, amigas nossas ou até mesmo nós, mulheres. Eu, por exemplo, presidente da Amocam, já sofri várias importunações e até mesmo desqualificação por ser mulher, ser presidente. Neste ano, por exemplo, o Plano Diretor, fizeram *memes* desqualificando a mulher, porque quando é homem eu não vi nenhum *meme*, só mulheres, tanto eu quanto a Telma, lá do Canto da Lagoa, e isso que acontece nessa sociedade que é patriarcal, a mulher, quando assume cargos um pouco maiores, eles tentam diminuir.

Eu acho que estar aqui hoje e ter esses panfletos, esse caminho e todas essas pessoas estarem aqui juntas para discutir, colocar em pauta esse assunto, é muito importante, principalmente agora. Eu acabei de falar do Plano Diretor, mas o Campeche e toda a Ilha irão sofrer um *boom* imobiliário, já vem sofrendo na verdade e vai vir muita gente para cá. Então,quanto mais nós falarmos, quanto mais divulgarmos, quanto mais tentarmos nos proteger eu acho que isso é sempre válido. É o que aquele próprio poema que foi dito aqui no início, que nós não podemos nos calar, nós temos que estar sempre falando, nós temos que estar agindo de alguma maneira.

E nós também pedimos que a Polícia Militar e a Polícia Civil também nos ajudem, assim como todos os homens também têm que nos ajudar. Quando nós postamos esta audiência pública ontem, no Instagram, nós tivemos mais de quatrocentas curtidas, até achei ótimo, mas os comentários queriam desviar para outros assuntos, por exemplo: ah, é bom ter passarelas em todas as trilhas. É bom ter passarelas em todas as trilhas, mas este não é o assunto, não é isso que vai mudar a situação. Aí você vai ver quem comentou e geralmente são homens. Eles não apóiam da maneira como nós gostaríamos, e acho que isso é um apoio que tem que vir deles também.

É isso, a luta continua e nós estamos juntos.

Obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Roseane.

Essa dimensão do crescimento urbano é bem importante para esse fato que a gente está discutindo aqui, sabe? E justamente não deixar, que é uma das coisas que acontece muito quando fala sobre violência contra mulher, de transferir o debate para outro lugar. Essa é uma das violências, que é minimizar o fato sobre a violência da vida das mulheres. Então é bem importante esse relato.

Passo a palavra para a representante do Grupo de Mulheres do Campeche, Jucedna Cesane da Silva.

**A SRA. JUCEDNA CESANE DA SILVA** – Boa noite a todos e a todas.

Eu sou moradora do Campeche há muito tempo e acompanho essa evolução da ocupação do solo. Essa crescente ocupação também caminha para uma crescente abordagem no plano feminino e do avanço da criminalidade no geral. E essa crescente criminalidade, que vai desde abusos psicológicos ou abusos sexuais em geral, também acumula umacrescente de abusos de furtos em geral. Então esse nosso grupo, junto com a Fernanda, a Tiala e outras pessoas, um grupo grande de mais de quinhentas pessoas, acompanha essa evolução da discussão do assunto sobre a violência.

Esse grupo se criou a partir do caso da menina que foi abusada na trilha e nos indignou profundamente a falta de liberdade da mulher, a falta de liberdade de ir e vir, de curtir aquele ambiente, que parece ser bem restrito para a mulher. A nossa luta se baseou nisso, na falta de liberdade e nos abusos, porque psicologicamente, apesar de não haver um estupro ou abordagem física, o fato de ser só uma abordagem psicológica já te põe numa situação vulnerável. Então, nós queremos lutar contra isso para ter prazer de viver afinal, porque excluir a mulher de uma sociedade onde ela também trabalha, onde ela contribui e onde ela é a maior parte da população? Por que sempre temos que receber menos? Ter menos privilégios de curtir, de aproveitar a vida? Somos sempre limitadas a um espaço, ganhando menos, tudo é menos para a mulher.

Essa luta é uma questão mais de reivindicar ao Estado, já que somos nós também mantenedores do Estado, somos nós que contribuímos para os salários, para todas as repartições. Então, porque nós não termos também um retorno desses recursos provenientes do Estado que nós provemos, em benefício da própria mulher, da própria sociedade, da vulnerabilidade em geral? Não só mulheres, mas tudo está meio atrelado.

A nossa reivindicação é uma cobrança pública, digamos, por uma situação que é pública. O nosso grupo vai reivindicar e vai lutar sempre, não é? Nós vamos gritar para ter esses direitos se for preciso, a nossa luta vai continuar, temos uma parceria com a Polícia Militar, já tive reuniões com a Guarda Municipal, eu estive aqui presente com o Marquito e em outros departamentos também e tendemos sempre a forçar a barra. Eu acho que todos têm que ter um olhar sincero sobre essa questão, pois não é só olhar, ficar atentos e não botar a mão, mas ir adiante concretamente, porque se debate muito, mas falta muito empenhoda sociedade também.

É isso. Essa luta continua e nós vamos reivindicar cada vez mais recursos e mãos para fazer isso.

Obrigada e boa noite. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – A Jucedna pegou dois pontos bem importantes de todo o debate que a gente fez desde o começo, que é abrir a boca. Por isso que tem esse símbolo aqui da boca aberta (*mostra pôster*) bem forte da denúncia e justamente um pouco dessas falas e dessas posições que foram colocadas pelo grupo de mulheres. E esse fato aqui: estamos de olho, porque isso não pode passar impune e não pode passar despercebido. Então, também foi a partir desse debate, desse diálogo.

Às vezes, para construir uma sociedade precisamos ter tempo, disposição e fazer de forma participativa. Não é simples e fácil, mas para conseguir as mudanças e garantir a justiça, a gente precisa desse tempo. Esses diálogos que tivemos, né, Jucedna, todas as discussões e todo o tempo são para produzir algo para também botarmos o bloco na rua e fazer uma boa campanha nesse início do verão, durante toda a temporada, durante todo esse período. E graças a esse coletivo é que esse grupo de mulheres, que não se calou, se levantou e tem feito bastante barulho, importantíssimo e fundamental para mudar a sociedade. Quero te parabenizar.

Passo a palavra para a senhora Karina Lobo, mãe de uma criança que sofreu abuso.

**A SRA. KARINA LOBO** – Boa noite a todos.

Quero agradecer ao Marquito por me convidar para fazer parte desta mesa, estou aqui como mãe.

No dia 8 de março, um dia para se comemorar uma das poucas conquistas que nós, mulheres, temos na nossa vida, a minha filha foi abusada. E quando eu fui fazer a denúncia, eu descobri que ela se enquadrava no padrão de estupro de vulnerável. Uma palavra muito forte, estupro. Uma criança de 9 anos foi estuprada. E várias pessoas vieram me questionar: mas ela foi estuprada de fato? Não, mas ela foi aliciada. O abusador passou a mão no corpo dela e isso gerou traumas que ela vai carregar para uma vida inteira.

É difícil falar, eu não queria estar aqui, não para isso, mas é preciso falar. Minha filha falou: mãe, você vai lá aparecer e todo mundo vai saber que sou eu. E eu falei: graças a você é que nós estaremos lá falando para mais pessoas e pedindo para os órgãos competentes fazerem algo mais efetivo com relação a isso.

A pessoa que aliciou a minha filha está presa, está no presídio hoje. Ela não foi a única vítima criança, ele estuprou mais de oito crianças em vários pontos da cidade. E o fato é que a indignação pela demora de se conseguir pegar essa pessoa foi o que mais nos frustrava. Isso me tirava o sono, tirava o sono da minha filha, porque ela acordava de madrugada chorando, com pânico de que tocassem no corpo dela. E nós pensamos: até quando vai ser assim? Essa pessoa não foi descoberta por quê? Primeiro lugar, Marquito, nenhuma câmera de segurança na região do Campeche estava funcionando efetivamente. A única câmera de segurança que pegou de relance a característica física desse indivíduo foi a câmera de uma pousada.

Eu me pergunto: para que tanta tecnologia? Na Capital mais tecnológica do Brasil, nós não temos câmera de segurança nas praias que consiga identificar um abusador desse! Nós tínhamos a descrição da moto, nós tínhamos a descrição da roupa e somente naquele dia houve mais de oito casos, oito mulheres abordadas na rua. E demorou mais de quatro meses para essa pessoa ser pega. E ela só foi pega porque ela voltou no mesmo lugar e eu desci no mesmo momento, porque eu moro muito perto da praia. Eu desci com a minha cachorra, vi a moto e falei: bate com as características da moto que a minha filha falou. E aí eu vi o indivíduo vindo na minha direção, falei: opa, é ele. Eu estava com o celular, bati foto da moto, bati foto dele, mandei para os investigadores e aí demorou quinze dias para ele ser preso.

Então, com essa demora, mais mulheres são abusadas. Com essa demora, alguém pode morrer. Ele não levou minha filha embora, mas ele poderia ter levado, e daí? Não seria só um trauma que daria para tratar com terapia, com muito amor, que é o que temos feito por ela. Seria um trauma para o resto da vida.

Então assim, é necessário que seja levada a sério cada denúncia que for feita, porque quando aconteceu isso tudo, e a minha amiga Natieli está aqui e ela também foi uma das vítimas desse homem, ela foi à Delegacia denunciar, Marquito, e o policial riu da cara dela.

(*Manifestações simultâneas ininteligíveis*.)

O policial riu da cara dela porque ela falou que essa pessoa parou no portão da casa dela para chamá-la para conversar. E aí o policial perguntou assim: mas você está denunciando um cara que te chamou no portão? Ela falou: estou denunciando um cara que me chamou no portão e que abusou de uma criança de nove anos e de mais outras duas mulheres que nós conhecemos, porque foi tudo dentro do mesmo horário.

Então, enquanto não se levar a sério o que está acontecendo, com a demora e a falta de estrutura para pegar uma pessoa dessas, várias outras mulheres vão sendo abusadas. Então é de extrema importância isso que está acontecendo hoje, para que não só a minha filha, mas para que a filha de mais ninguém precise passar por isso. Nenhuma de nós, porque todas nós aqui já passamos por isso. Todas.

É importante dizer que eu não estou nem um pouco feliz de estar aqui dando esse relato, é uma coisa que vai marcar para sempre a história da nossa família, que eu vou ter que conviver em longo prazo com os gatilhos que isso causou no psicológico dela. Então, eu acho que já está na hora de acabar e tem que ser mais efetivo, a impunidade não pode continuar, tem que ser levado a sério, tem que ser preso e tem que pagar!

Estou indignada, desculpem pelo tom, às vezes de nervoso, mas é que como mãe, como mulher, eu acho que nós precisamos gritar mesmo, porque se não for assim, vai continuar acontecendo, porque neste momento tem uma mulher sendo abusada em algum lugar.

(*Orador não identificado manifesta-se fora do microfone*: “*Sim*”)

São inúmeros os relatos.

O que eu tenho para dizer é isso e agradecer mais uma vez a oportunidade de falar, Marquito.

Obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Karina, nós que agradecemos pela sua disponibilidade de estar aqui falando em nome de tantas mulheres e de tantas mães, de tantas irmãs. É necessário falar e nós temos que usar este espaço para isso mesmo, para avançarmos nessas estruturas e que elas consigam dar respostas à sociedade. É com esse objetivo que estamos aqui. [*Transcrição*: *Djonathan Costa / Leitura: Rafael José de Souza*]

Passo a palavra para o Comandante do 4º BPM de Florianópolis, Tenente-Coronel André Rodrigo Serafin.

**O SR. COMANDANTE TENENTE-CORONEL PM ANDRÉ RODRIGO SERAFIN** – Boa noite a todos.

Primeiro eu quero agradecer ao Marquito pelo convite.

Eu vou explicar um pouquinho. Florianópolis tem três Batalhões de área, no Continente, que é o 22º Batalhão; no norte da Ilha, que é o 21º Batalhão; e o 4º Batalhão, que é o maior de todos, pega o centro, o leste e o sul. Algumas informações importantes: nós também entendemos, assim como entenderam aqui os moradores, a preocupação com o crescimento do Campeche, é um bairro que realmente cresce e nós queremos que ele cresça ordenado. Entretanto, algumas situações têm vindo à tona e esse é apenas um dos fatores, temos outros problemas ali naquela região.

Preocupa-nos uma situação: as mulheres não têm feito o registro das ocorrências desses fatos, e sabemos que existem. Nós sabemos, porque temos outro programa importante, que é a Rede Catarina de Proteção à Mulher, que ela começou para a violência doméstica, começou com bem poucos registros e hoje só o nosso Batalhão atende quase quinhentas mulheres vítimas de violência. Aos poucos elas foram se abrindo, o programa foi ganhando corpo, são duas policiais femininas que atendem essas mulheres, fazem as medidas protetivas e explicam. Existe uma ferramenta muito importante, que é o chamado Botão do Pânico, elas têm no celular um aplicativo da Polícia Militar que, em qualquer situação de vulnerabilidade, elas acionam rapidamente e isso tranca o despacho, tranca aquele encaminhamento de viaturas e nenhum encaminhamento consegue ser feito antes daquele, pois ele se torna prioritário. Mesmo que eu tenha um homicídio acontecendo hoje, se alguma mulher é vítima de violência e aciona o Botão do Pânico, eu primeiro preciso encaminhar uma viatura para esse atendimento para depois atender outro. E no PMSC Cidadão, que é o aplicativo da Polícia Militar para facilitar, esse *link* da Rede Catarina de Proteção à Mulher é prioritário, é o primeiro.

Marquito, talvez conversando com o Coronel Pelozato, em face dessa demanda que está realmente crescendo, seja uma melhoria que a Polícia Militar possa fazer para que as mulheres tenham também essa situação de poder, quando vítima desse tipo de violência, acionar e rapidamente ter o atendimento.

Nós temos apenas seis registros em trilhas e em praias neste ano, seis registros apenas no *site* da Polícia Militar. Sabemos que é muito mais, nós conhecemos.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

Sim, sim.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível.*)

É, o registro é feito no sistema do SAD, depois existe também um segundo filtro que qualifica aquela ocorrência, por exemplo, aquela da praia da Galheta está classifica como estupro, porque realmente foi.

Nós temos diversas outras ocorrências desse tipo que nos preocupam, principalmente em baladas, o assédio em baladas é muito grande, em ônibus é realmente um número bastante grande também e até me faltou o terceiro, que nós estávamos conversando sobre isso, era baladas, ônibus... que estão nos nossos dados estatísticos da Polícia Militar.

Então, nós nos preocupamos bastante, a Polícia Militar tem se preparado para atender mais a demanda, muitas pessoas nos repassaram da dificuldade do atendimento via 190, que era uma ligação telefônica. A Polícia Militar está contratando 102 jovens para atender o ramal 190, para vocês não ficarem tanto tempo no telefone e poder acionar mais rapidamente a Polícia Militar.

Existe esse aplicativo PMSC Cidadão, que depois eu vou mandar para o Marquito poder disponibilizar, ele realmente agiliza. No caso da violência doméstica, em colégios também, na frente de colégios principalmente, jovens com motos que se exibem e também assediam as meninas, nós temos algumas prisões dessa natureza, inclusive hoje houve uma. Então nos preocupa bastante, primeiro como policiais, mas também como pais – eu tenho uma filha de 16 anos, o Cesar também tem uma menina – como moradores, eu sou do sul da Ilha, conheço aquela região toda, as trilhas.

Nós temos uma operação chamada Trilha Segura, que todos os dias nós utilizamos os *drones* para fazer, só que realmente são muitas trilhas, em especial no Campeche, Morro das Pedras, então nós monitoramos, nós abordamos.

Para vocês terem uma ideia, nós temos 260 mandados de prisão cumpridos só este ano, através de abordagem, pessoas com mandado de prisão que a Polícia Militar identificou, muitos com passagem por violência sexual. Nós temos mais de 1.500 presos pelo 4º Batalhão, muitos com passagens também em ocorrência de violência sexual. Nós precisamos de mecanismos e evoluir para que possamos transformar esse número em ações e diminuir posteriormente os números, como acontece com a Rede Catarina de Proteção à Mulher, que começou com poucas mulheres informando a violência para nós e hoje são várias mulheres. Tem o Botão do Pânico, e nós este ano, em Florianópolis, no 4º Batalhão, por exemplo, não temos nenhum feminicídio. Já tivemos anos em que, chegando a este mês, nós tínhamos sete, oito feminicídios. Alguns índices melhoraram, sabemos que precisa evoluir, precisa melhorar, precisamos tornar mais fácil esse registro para as mulheres. Como eu falei, hoje tem a Delegacia Virtual da Polícia Civil, tem o PMSC Cidadão que é esse aplicativo que é bem fácil para registrar, tem o ramal 190 que nós passaremos a atender.

E, especificamente sobre a prevenção, nós estamos prestes a iniciar a Operação Veraneio, onde a Polícia Militar acaba encaminhando policiais militares de outras unidadesque não têm balneário, para reforço. Nós receberemos um reforço bom de efetivo que será aplicado no sul da Ilha, não só no Campeche, mas na Lagoa, na Joaquina, no Morro das Pedras, na Armação, mas naquela região específica aumentaremos o policiamento e esperamos melhorar esse indicador que nos preocupa.

Mas fica a dica, primeiro para que a gente possa, vamos dizer assim, tornar mais fácil para as mulheres fazerem esse registro, para que elas confiem na Polícia Militar para que a gente possa também ter os indicadores, para que a gente possa planejar o policiamento e fazer as prisões.

Algumas situações que nos passaram lá: Coronel, o indivíduo que assediou a minha filha posteriormente foi visto. Essa é uma realidade que infelizmente não só nesse delito, mas em vários outros delitos a gente faz a prisão, entretanto, às vezes a prova, não teve o depoimento ou não teve o reconhecimento, não teve a materialidade, aí eles acabam sendo posto em liberdade, muitos na audiência de custódia do dia seguinte e nós temos todo aquele trabalho posterior de fazer a prisão. Tem casos de pessoas que prendemos 54 vezes, 60 vezes, e a falta de uma ação mais severa acaba gerando a reincidência.

Contem com a Polícia Militar, entendemos que é realmente importante isso, entendemos que precisamos estar juntos das mulheres, gerar essa confiança, quem sabe criar no modelo da proteção à mulher da Lei Maria da Penha uma guarnição específica de mulheres que consiga captar essas informações das trilhas e repassar às guarnições de área para que possamos estar presentes fazendo essas operações, essas prisões.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Eu só queria colocar uma questão: todos serão ouvidos, e para falar é importante que seja no microfone por causa da transmissão.

Nós ouviremos a Guarda Municipal, a Polícia Civil e a Defensoria Pública, depois nós vamos abrir inscrição para dez falas e questões inclusive pontuais. Eu também tenho uma questão para o Coronel André sobre o cruzamento das câmeras de monitoramento, que foi uma questão que levantamos entre os órgãos de segurança, até os privados, mas colocamos essa questão para depois.

Passo a palavra para o senhor Comandante da Guarda Municipal de Florianópolis, Andrey de Souza Vieira.

**O SR. ANDREY DE SOUZA VIEIRA** – Boa noite.

Eu quero agradecer o convite, Marquito, a Guarda Municipal sempre está à disposição. Inclusive, quando o Marquito convidou para uma reunião sobre esse assunto prontamente a Guarda Municipal já esteve no local.

E quero dizer que a nossa instituição ainda é muito nova, quem está no sul da Ilha vê a dificuldade da Guarda Municipal em estar presente, porque o nosso efetivo é um pouco menor. Mas quero dizer para vocês que estamos sempre à disposição, sabemos da importância do tema. Hoje temos a nossa Guarda Ambiental, que faz esse patrulhamento com equipamento de *drone*. Então, sempre que precisar, estamos prontos para auxiliar.

Como eu conversei com o Marquito, estávamos atrás de um *folder*, trazer a nossa equipe de educação, levar até o sul da Ilha, levar até os bairros e divulgar realmente a importância disso aqui, a importância de registrar o boletim de ocorrência, a importância de saber o que é o abuso, enfim. Eu acho que a Guarda Municipal está vindo para somar, eu sou muito sincero, eu sempre falo isso para o Marquito, o nosso cobertor é pequeno, mas quero dizer para vocês que fazemos o possível para estar no sul da Ilha. Hoje trabalhamos praticamente no centro, no norte e nas regiões próximas e temos uma guarda itinerante no sul. Então, é uma viatura, é lógico que estamos tentando melhorar, o nosso Prefeito já garantiu um novo concurso público, porque isso é importante, já vamos conseguir migrar mais para os bairros.Mas o que eu quero dizer aqui é que podem contar conosco, estamos aqui ao lado de vocês.

Vendo o relato do que ouvimos aqui, ficamos realmente indignados e queremos trabalhar em função disso. O Marquito é um amigo, ele sabe que sempre que precisar de mim, sempre que precisar da Guarda, estaremos à disposição.

Outro assunto que conversamos no dia foi em relação às câmeras, que foi falado aqui. Hoje a Secretaria de Ordem Pública conseguiu duas mil câmeras para colocar na cidade, demos prioridade primeiro às escolas, porque como teve aquele problema em Blumenau, já focamos nas creches e escolas municipais, mas com certeza o nosso Secretário Araújo Gomes, conversando com ele, conseguimos colocar essas câmeras também no sul em lugares específicos.Para isso precisamos de vocês para que falem onde pode ser colocado e, lógico, precisa da energia e de Internet, então tem que ser um lugar onde que tenha essas duas coisas.

Eu estou aqui para ouvir e com certeza faremos o possível, tentaremos colocar a Guarda em lugares onde realmente vocês mostrem para nós a necessidade.

É isso, Marquito, eu quero agradecer o convite e parabenizá-lo por trazer à discussão este tema tão importante. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Agradeço ao Andrey pela contribuição.

E agradeço à Cláudia Regina Bernardi da Silva, Delegada de Polícia Civilà disposição do Observatório da Violência contra a Mulher na Alesc, uma pessoa muito importante para a gente avançar aqui dentro. Não é uma tarefa fácil, e de conseguir especialmente produzir esse material, o qual a gente quer lançar milhares de cópias, deixar disponível através do Observatório, através da Casa para que a gente utilize esse material como material didático, pedagógico e um material que possa chegar a todos os bairros da região litorânea. Agradeço muito pela parceria e pela confiança que a gente tem construído.

Em conjunto com o Observatório a gente atendeu as duas agricultoras que receberam ameaças, lá em Anitápolis, na semana passada, e em conjunto a gente conseguiu avançar, pois é importante essa parceria e essa estrutura para poder trabalhar.

Passo a palavra para a Delegada da 6ª Delegacia de Polícia da Capital, Isabel de Oliveira da Luz Fontes.

**A SRA. DELEGADA ISABEL DE OLIVEIRA DA LUZ FONTES** – Boa noite a todos.

Eu quero agradecer a oportunidade, agradecer o Deputado por trazer este tema tão relevante e importante para o debate. Eu não participei dos outros encontros, eu vim aqui representando a 6ª Delegacia de Polícia, mas quem esteve à frente de toda a conversa inicial foi a Delegada da DEIC, que é uma Delegacia de âmbito estadual.

Estou muito feliz de ver esse *folder* aqui, Marquito, porque ele realmente é bem completo, eu acredito que vai ter efetividade. Os canais de denúncia que ele está trazendo aqui para as mulheres denunciarem, como o Tenente-Coronel falou, hoje a nossa dificuldade é receber a informação, que o Boletim de Ocorrência seja registrado. Porque a partir da informação de vocês, que são vítimas ou que têm conhecimento de alguém que foi vítima, vocês têm que trazer essa informação para nós para que possamos dar continuidade a uma investigação. Toda informação é importante, inclusive a segurança pública é dever de todos, então, é mais uma razão desta audiência ser tão importante, de estarmos aqui debatendo o tema, como o pessoal da Guarda falou, da falta de câmeras, porque a falta de uma câmera já atrasa mais uma investigação.

Eu acredito que com essas medidas que serão tomadas, vamos ter um ganho muito grande para a apuração desses crimes.

E que queria dizer também que a Delegacia da Mulher fica ali na Agronômica e está à disposição, se alguém quiser relatar pessoalmente algum crime ou trazer alguma informação, além desses canais aqui que a gente tem o WhatsApp da Polícia Civil, 181. Se um crime estiver acontecendo, vocês podem usar os canais que a Polícia Militar orientou. Acredito que a gente está no caminho certo, Marquito. Estamos à disposição lá na Delegacia.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Isabel.

Passo a palavra para a senhora Defensora Pública do Estado de Santa Catarina, Lorena Cordeiro. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura: Grazielle da Silva*]

**A SRA. DEFENSORA PÚBLICA LORENA CORDEIRO** – Boa noite a todos. Eu quero começar cumprimentando a todos presentes em nome da mesa, em nome do Marquito. Obrigada pelo convite, Marquito.

Quero agradecer pelo convite feito à Defensoria Pública, o que representa uma oportunidade para nós. A Defensoria Pública é uma instituição muito nova, ainda mais em Santa Catarina, só existe há dez anos e estar nesses espaços de audiência pública, de conferências, de reuniões com os movimentos, com a comunidade são oportunidades para a gente ser visto, para as pessoas conhecerem, saberem que existe a Defensoria Pública e saberem quais são as nossas funções, como a gente trabalha. Mas também é uma oportunidade para a gente conhecer a realidade, para a gente saber quais são as questões que afetam a vida da população e para que a gente possa incidir, para que a gente possa se somar e ser também um agente de transformação.

Então assim, a audiência trouxe o tema do assédio, mas a gente está falando aqui de várias violências, de várias formas de violência sexual, o assédio é apenas uma delas. Juridicamente falando, a violência sexual se manifesta em cerca de dezoito tipos de crime. O Código Penal tem uma parte que fala dos crimes contra a dignidade sexual, e dentro desse crime contra a dignidade sexual nós temos os crimes, as condutas que interferem e que ofendem a liberdade sexual da mulher, que no caso seria o estupro, a importunação sexual, o estupro de vulnerável, não é? Eu fiz uma categoria para deixar mais nítido, para vocês entenderem mais ou menos. Mas tem também aqueles crimes específicos em que as vítimas são pessoas vulneráveis, e quem são os vulneráveis para a legislação penal? São as crianças e adolescentes menores de 14 anos, e pode ser menina ou menino, porque abuso sexual contra criança acontece independente da identidade de gênero, em relação também a pessoas com deficiência e também as mulheres, pessoas que estão sob efeito de alguma substância. É o caso de dos caras que abusam de mulheres na festa quando essas mulheres estão embriagadas ou daquele médico que abusou da mulher quando ela estava anestesiada. Então, isso é caracterizado como estupro de vulnerável, quando a mulher não tem condição de reagir, de resistir àquela violência.

E aí também tem aqueles crimes relacionados à exploração sexual, do tráfico, da exploração da prostituição. E também o que é mais recente, a questão do registro e divulgação indevida de imagens íntimas não autorizadas. E o que até foi falado aqui, o que chegou a ser uma importunação ou estupro e chegou a ser enquadrado como ato obsceno. A gente ainda tem uma tutela que não é da mulher, é da ordem pública, que é a história do ato obsceno.

E aí a Defensoria também tem uma cartilha que eu trouxe aqui para distribuir, que fala sobre violência sexual e aborto legal, e também fala didaticamente sobre como é a caracterização de cada crime. Aqui foi falado que isso é uma dificuldade hoje na busca de punição, de responsabilização, isso é um problema, assim, generalizado. No âmbito da violência doméstica, ainda existe uma dificuldade, por exemplo, de caracterizar o que é o homicídio, que é o feminicídio, isso também esbarra num ponto que eu trouxe aqui, sobre as falhas que a gente precisa estar atentas dentro do sistema de Justiça.

E assim, o que fazer diante dessa situação? Existe um fluxo oficial para pessoas que sofrem algum tipo de violência sexual. E o fluxo oficial, como já foi também mencionado aqui diversas vezes, o primeiro ponto é realmente fazer o registro na Delegacia, fazer o Boletim de Ocorrência. E a importância do Boletim de Ocorrência é que o nosso sistema de justiça funciona a partir da coisa escrita, funciona a partir de prova, funciona a partir do reconhecimento do que é oficial. Então, por isso que é importante sempre fazer o registro do Boletim de Ocorrência. E aí esse registro, caso a violência traga o que a gente chama de vestígio, se acontece de alguma pessoa ser machucada ou se acontecer, por exemplo, aquela situação de importunação que acontece no transporte público, em que o cara se masturba e pega na mulher, então esse é um tipo de vestígio em que aí é necessário buscar a Delegacia, porque é a Delegacia que vai emitir a guia para a pessoa fazer o exame de corpo de delito e isso é uma prova importante para a punição, porque dentro da responsabilização penal do Estado essas provas são necessárias.

A gente sabe que, lógico, existe o fator cultural dentro de uma sociedade patriarcal. Hoje a gente já avançou, podemos dizer que foi um avanço o peso da palavra da vítima nesses processos, mas as vítimas ainda são muito desacreditadas nesses processos. Então, estou aqui para explicar mais ou menos o fluxo, para orientar. A Defensoria tem esse papel de fazer essa educação, fazer essa orientação, mas também a gente precisa colocar, explicar bem quais são os entraves que as pessoas, principalmente as mulheres, enfrentam nesse fluxo.

E aí, não menos importante, quando existe essa violência, no caso quando existe a conjunção carnal é fundamental procurar o atendimento médico. Esse atendimento médico é que vai garantir o acesso à medicação contra as doenças sexualmente transmissíveis e também para evitar a gravidez. Caso não seja possível evitar a gravidez, essa mulher e essa criança têm direito ao aborto legal. Se existir alguma dificuldade no acesso ao aborto legal, a Defensoria Pública pode ser acionada para que essa pessoa tenha acesso a esse direito.

E aí, o que é que acontece depois que a mulher registra o Boletim de Ocorrência? O fluxo é que se vai abrir um inquérito, e nesse inquérito a vítima vai ser ouvida, se tiver testemunha vai ser ouvida e o acusado vai ser ouvido. Depois que acontece esse inquérito, isso se transforma em um processo judicial. Entra em campo o Ministério Público, que vai entrar com ação no Judiciário e aí é que vem o ponto: aí a vítima vai ser ouvida de novo, as testemunhas vão ser ouvidas, vão ser produzidas provas. Sim, a mulher, quando sofre uma situação dessas, tem que falar várias vezes no processo, e isso é um problema.

Na prática, o sistema ainda apresenta muitas falhas e algumas já foram colocadas aqui. A questão do preparo dos agentes que fazem a escuta, que fazem o acolhimento, ou que não fazem o acolhimento. A questão da demora do processo. Sim, a justiça tem esse problema da lentidão e aí causa essa sensação de que existe uma impunidade em relação a esses agressores. Enfim, são vários problemas mesmo. A própria Defensoria, que é uma instituição que tem como função estar acompanhando esses processos, também tem sua fragilidade, no sentido de não ter tanta estrutura para dar conta de todos os casos que chegam ou de dar o retorno no tempo que as pessoas esperam. Então é um desafio, realmente é um desafio que lidamos diariamente.

Algumas coisas já vêm sendo modificadas. Hoje a Defensoria Pública pode assistir essas mulheres vítimas de violência no processo, porque o processo criminal acontece entre o Ministério Público e o acusado. Na nossa sociedade, a depender, lógico, de quem é o acusado, porque a gente sabe que existe um fator de classe e de raça, se foca muito na punição. A gente busca punição, mas muitas vezes se esquece da vítima. A vítima não participa, não se pergunta o que a vítima quer. Tem situações em que a vítima que não quer que o cara seja encarcerado, tem situações de mulher que só quer que ele reconheça a besteira que fez e que pague indenização, enfim, porque cada caso é um caso. E é legítimo querer encarceramento, é legítimo o que for, mas se esquece muito da vítima.

Então, hoje a gente tem alguns avanços nessa questão da mulher ter a possibilidade de estar no processo, e na hora em que for ouvida ser acompanhada por um advogado ou por um Defensor Público, para que não aconteça o que aconteceu com a Mariana Ferrer, que infelizmente acontece muito essa revitimização dentro da audiência, dentro do processo.

Existe, também hoje as salas lilás dentro das Delegacias, que buscam garantir um ambiente mais acolhedor para a vítima, mas a gente sabe que tem muito ainda a ser feito.

Basicamente, em resumo, já me encaminhando aqui para o final, a gente tem a via institucional, a via do sistema de justiça, e aí, dentro desse sistema de justiça nós temos as Delegacias, temos o Ministério Público, que também tem seus Núcleos de Defesa da Mulher; temos a Defensoria Pública. Aqui em Santa Catarina nós temos o Núcleo de Promoção dos Direitos das Mulheres, que é o Nudem. E temos uma Defensoria especializada na Capital, voltada justamente para essa assistência às mulheres vítimas de violência, seja qual for, não só sexual ou doméstica, mas qualquer tipo de violência contra a mulher.

Nós temos na via institucional a questão do apoio a essa mulher, porque como eu estava falando, se esquece muito da vítima. Só que ao passar por esse processo que envolve a vitimização, que pode ter violência institucional, é necessário que essa mulher ou essa criança estejam fortalecidas, que elas tenham um suporte, que elas tenham um apoio psicossocial, que elas tenham um acompanhamento. Porque, ao ir por essa via da punição, não significa que a expectativa dela vá ser atendida, porque como já foi dito aqui, tem demora, tem problema na Delegacia, tem problema na audiência, tem dificuldade também de atendimento da Defensoria, e eu vou fazer a *mea culpa* da minha instituição, porque tem essa dificuldade também. Então essa questão do apoio psicossocial é fundamental. Se a escolha for seguir pela denúncia precisa, sim, porque não é fácil. E aí a questão do atendimento médico, principalmente nas situações em que houver esse contato, em que é preciso se precaver da questão das doenças e da questão da gravidez, do acesso ao aborto legal.

E para mim, para quem está dentro desse sistema, eu que vejo as falhas diariamente e as dificuldades que a gente tem para lidar com esse tema, a gente precisa fazer um enfrentamento cultural desse tema. E aqui a gente já trouxe os encaminhamentos que já foram dados, que são sensacionais. A cartilha explicando bem direitinho o que é cada caso. Essa informação é valiosíssima, informação é proteção. Por isso que é tão demonizada a famigerada educação de gênero, porque é o que eu costumo falar, a gente precisa não colocar colete à prova de balas nas mulheres, precisamos tirar a munição de quem agride. Não faz sentido a mulher deixar de fazer um caminho.

Até fiquei pensando num outro ponto que é importante, que também foi colocado aqui, que é a questão da produção de provas. São crimes que acontecem e muitas vezes não existe testemunha, não tem a câmera, não tem nada, é só a palavra da vítima e, ainda assim, ela é descredibilizada. Então, a mulher tem até essa função de produzir as provas para comprovar a violência que ela sofreu.

Então é perverso, é doloroso. Mas o ponto é esse, a gente precisa fazer uma educação em direitos e aí entra a Defensoria Pública, entra o Ministério Público, entra a Delegacia, entram os mandatos, entram as associações de mulheres da comunidade, porque essa é uma pauta coletiva, é uma questão que toda a sociedade deve se implicar no enfrentamento da cultura do estupro, e na questão também de divulgar informações para que as mulheres tenham condição de saber quais são seus direitos e como fazer com que eles sejam efetivados. E aí a Defensoria Pública, falando em nome da instituição, está à disposição. Nós fazemos e prestamos esse tipo de assessoria, tanto individual como coletiva. O Núcleo de Promoções de Direitos de Mulheres trabalha pela via da educação e direitos e pela via também de participar dessas audiências e de reuniões.

A gente está à disposição para os encaminhamentos que forem tirados aqui nesta audiência. É isso. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Lorena, muito bom.

Já foram realizadas as inscrições, vocês terão de dois a três minutos para fazer a fala. Se precisarem de um pouco mais de tempo a gente vai dar, não tem problema, é legal que seja direcionado também em alguma questão para os integrantes da mesa.

Passo a palavra para a Cíntia Ramos, moradora do sul da Ilha.

**A SRA. CÍNTIA RAMOS** – Boa noite.

Primeiro, quero agradecer a todas que estão aqui. É necessário que a gente ocupe esses espaços e que a gente fale sobre a gente. Quero agradecer por vocês trazerem essa pauta necessária que, além de não visualizada, ela não existe, normalizou. Então agradeço todas as pessoas que estão aqui.

Eu ia falar sobre informação, sobre a gente saber qual tipo de violência, como denunciar. Mas eu quero falar da desinformação de tudo, desde o começo. A sociedade normalizou esse tipo de violência, então não é passado, é normalizado. As pessoas, quando acontece algum ato de violência, ninguém faz nada, não sabem como reagir. Não tem uma educação para falar que isso não pode acontecer, que isso não é normal, isso não existe. E depois, quando a gente sofre essa violência, ela é normalizada de novo, porque ou a gente fica paralisada, a gente fica coagida, ou a gente não sabe como agir. A gente não sabe para quem pedir socorro e quando a gente pede socorro não é todo mundo que ouve, não é todo mundo que se atenta ou nem sabe que aquilo é uma violência, normaliza.

E outra, a gente não sabe qual o tipo de violência a gente está sofrendo. Essa informação também é necessária, e quando ela acontece, para onde a gente corre? E a polícia, como a polícia fala qual tipo de violência é? Porque para mim foi um tipo de violência, mas para ele é outra visão, entende? Então a gente precisa ter uma informação de todo o processo. Depois que passa para a polícia, o que é que a gente faz quando a gente vai embora, com a polícia ainda escoltando ele, e ele vai normalmente para a casa dele, enquanto eu vou sozinha a pé para minha casa, entendeu? E ele sabe o meu endereço, sabe onde eu moro, sabe o meu número e sabe o meu nome. E depois?

Quando aconteceu a violência, e o psicológico dessas mulheres, dessas pessoas? Vamos falar também das pessoas trans, das pessoas não binárias, que são corpos objetificados, e até agora nenhuma pessoa aqui dentro falou dessas pessoas. E são pessoas que são objetificadas. Só por existirem, o que acontece o tempo inteiro.

Então eu quero falar da desinformação de todo esse processo. E a gente não tem ajuda do Estado, a gente não tem ajuda do Prefeito, a gente não tem ajuda policial, a gente é apagada, é como se não existisse esse tipo de violência, é normalizada para todas as estruturas.

Então, acho que a gente precisa de informação para que isso não aconteça, porque isso é uma violência, e para que a gente tenha voz, porque a gente precisa falar, precisamos tirar foto, registrar, às vezes usar frieza, gente, frieza, para a gente ter prova. Sábado mesmo eu presenciei e quem segurou a pessoa fui eu. A polícia demorou uma hora e meia para chegar e ele estava se masturbando na Praia Mole, às quatro horas da tarde, com crianças na frente. E a população só foi defender quando alguém for bater nele, entendeu? E demorou ainda para ter alguma reação. Olha, acho que só eu que fiz alguma coisa.

Os salva-vidas não têm preparo, porque também não é a função deles ali, mas é para quem a gente pede socorro, porque a gente não sabe para quem pedir, entende? Eu acho que precisamos de informação desde o início, as políticas públicas precisam ser efetivas. A gente está morrendo o tempo inteiro. Em 2018 eu passei por dois abusos, dois. Eu fui embora daqui porque eu não tinha psicológico para lidar. E voltei, agora tem três anos que eu resido aqui, e não vou me calar. A gente criou um grupo de mulheres, nós por nós, porque a polícia é despreparada, entendeu? A ação social aqui também é toda despreparada. Estamos no Estado mais fascista, que isso fique bem claro. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva* / *Leitura*: *Djonathan Costa*]

Então a gente fez um grupo, nós por nós, onde a gente pode colocar as denúncias, pedir ajuda por localização, porque eu não vou deixar o meu ir e vir para essas pessoas normalizarem esse tipo de violência, para se masturbarem em qualquer lugar e me assediarem. Existem grupos que tiram fotos e nos filmam. Ali é normal. Você mesmo comentou, Marquito, e o policial também, assédio nos ônibus. Esses assédios existem, não vamos fingir que não existem, há anos que isso acontece, são dados históricos aqui, e nada foi feito até agora. Então, se sabemos que isso existe e que isso acontece, o que a gente vai fazer? Queremos ação, solução, eu não quero, mais uma vez, deixar de ir à praia sozinha, porque eu vou continuar indo à praia sozinha. (*Discurso interrompido por termino do horário estabelecido. Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado.

Eu passo a palavra para a senhora Caroline Esmanhotto, moradora da Lagoa da Conceição.

**A SRA. CAROLINE ESMANHOTTO** – Boa noite. É difícil, né, a gente se emociona sempre a cada fala. Mas o que eu gostaria de perguntar, na verdade, é o que podemos fazer nessa preparação de base? Porque quando eu sofri os abusos, as importunações sexuais, eu me perguntava: quem é esse abusador, quem é esse cara, quem foi essa criança, como ele cresceu, por que ele fez isso? Por que eu? Sim, por que não eu? Por que ela? Mas, quem é esse cara?

Então, seria possível exigirmos também que tivéssemos rodas de conversas com esse masculino, com as crianças e que essa conversa fosse às escolas, nós já temos essa dificuldade dessa educação sexual, todo esse preconceito. Não é para ensinar a criança fazer sexo, mas ensinar sobre o seu próprio corpo, sobre o sentir, sobre o prazer, sobre o que lhe move, o que ela quer e o que ela não quer. Como a gente faz para chegar nesses meninos, porque é muito simples falar: mas ele era um monstro. Olha que aberração. Como foi possível fazer aquilo com aquela criança. Sim, e aí o que acontece? É mais uma aberração, é mais um monstro.

Como nós conseguimos chegar nessa base, nessa educação de base. Não sei se o Estado poderia promover rodas de conversas, ter um espaço de acolhimento ativo de sensibilização para a pessoa entender.

Hoje eu estava escutando uma reportagem onde um homem, ele tinha lá seus cinquenta e poucos anos, administrador, e a filha dele foi estuprada. Ele largou tudo e começou a estudar sobre e começou a fazer rodas para ensinar, porque ele queria entender quem era esse masculino, e começou a promover rodas. Ele mora no Nordeste. O depoimento dele é tão profundo, tão forte, e o que ele escuta? Quem é aquele estuprador? Foi um moleque que foi estuprado a vida inteira pelo pai, foi abusado, ele era obrigado a fazer programas dentro de casa para trazer dinheiro para dentro de casa. Então, a gente precisa olhar esses meninos. Eu sou mãe de uma menina... (*manifesta-se emocionada*).

É isso. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Carol.

Passo a palavra para a senhora Gabriela Sagaz.

**A SRA. GABRIELA SAGAZ** – Boa noite. Eu não suporto microfone, tenho certo pânico, o meu lugar é na rua, é na base, é atrás, nos bastidores, mas é um tema que me toca muito.

Quero agradecer o espaço. É muito importante que nesse âmbito estadual estejam tomando essa temática, o Marquito, o mandato e as mulheres que ocupam esse espaço são significativas, que estão nesse mandato fazendo isso. Então, muito obrigada. Quero prestar minha solidariedade a você, que é presidente da associação, acho que é difícil estar nesse espaço de poder, é difícil estar na rua, no ônibus. Estamos vendo que é difícil estar na trilha, é difícil ser mulher neste Estado, neste País patriarcal.

Então, quero deixar o mandato da Vereadora Carla Ayres à disposição, uma mulher declaradamente feminista e que também foi assediada dentro da própria Câmara de Vereadores, filmada e passada em vários lugares, e que sabemos que no final não vai dar em nada, porque nunca dá em nada. Nesse sentido, isso ocorre quando ocupamos esses espaços de poder, infelizmente, mas eu espero que daqui saiam algumas proposições.

Eu quero dizer que não podemos esquecer que os números que o Tenente-Coronel trouxe são subnotificados, é imprescindível que a gente saiba disso e que há estudos que conseguem fazer proporções dessas subnotificações. Então, quando vamos a esses espaços nós podemos fazer essas proporções, elas são muito maiores. É importante que a gente saiba que muito são subnotificados não só porque não sabemos que sofreram violência, porque a gente sabe. Causou mal-estar, a gente vai para casa, ficamos em pânico, ficamos silenciadas, as nossas filhas, porque somos mães.

Não vamos à delegacia porque, infelizmente, os policiais homens são despreparados. Eu prefiro voltar para casa e esperar a delegacia, que não abre 24 horas, que não funciona nos finais de semana, e essa é uma das minhas questões, eu gostaria de saber o que está sendo pensando em relação a isso, se na instancia estadual podemos começar a pensar em uma delegacia 24 horas? Isso é muito importante para nós, porque sabemos que irá chegar o verão e no final de semana e no sábado temos que esperar até segunda-feira? Dez horas da noite, eu estou voltando do meu trabalho e terei que esperar até o outro dia?

É importante a Delegacia. Mas, em relação a esses números que são subnotificados porque eles são despreparados. Nós não temos coragem de ir até a delegacia para eles rirem, para dizerem que não foi um assédio, que foi coisa da nossa cabeça, que somos malucas, que estamos viajando e que não era isso. Gostaríamos de saísse daqui um compromisso com isso, nós temos inúmeras entidades da Universidade, e se não querem pegar a sociedade civil, porque somos feministas, porque estamos defendendo as mulheres e tentando fazer um momento de igualdade, tentando buscar a igualdade, que não nos busquem, que busquem o conhecimento científico, que vá até a Universidade, nós temos na UFSC o IEG, Instituto de Estudos de Gênero, temos o NIGS, que é o Núcleo de Gênero, Identidade e Subjetividade, na Udesc, temos o Labgef, o Laboratório de Relações de Gênero e Família, temos diversos institutos que falam sobre violência contra as mulheres, que estão extremamente preparados para falar com vocês, para treinar, para conversar sobre violência domestica, sobre violência contra a mulher, assédio e estupro para chegar lá na frente e dizer que aquilo não foi um assédio, que aquilo é um ato obsceno e que ela tem que ir para casa e o violentador sai escoltado, abraçado, um aperto de mão e vai para casa enquanto a mulher vai para casa sem saber o que fazer.

Então, eu acho que é muito importante pensar nessa questão das delegacias e da formação para os próprios policiais, eu não entendo o porquê, mesmo estando na rua há tanto tempo, não acontece essa formação de forma tão intensa, tem que ser mais intensa.

Deixo um convite para todos aqui, no dia 13, semana que vem, a partir das 19h, estaremos reunidos, enquanto 8M - 8M é uma organização devários movimentos que ocupam as ruas no dia 8 de março e que eu espero poder contar com vocês, pois somos nós, mulheres, que construímos o 8M, todas as mulheres. Só entrar no *site* do 8M e buscar informações sobre a reunião, onde podemos tentar construir um 8M pautado neste contexto do assédio. Desculpa se me enrolei.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado.

Passo a palavra para a senhora Isadora Coppio da Costa, moradora da Praia Mole.

**A SRA. ISADORA COPPIO DA COSTA** – Boa noite a todos e a todas, obrigado pelo espaço de fala. Eu gostaria de fazer um breve relato do que aconteceu comigo mais de uma vez, não foi uma novidade. Não foi nem tanto a dor, foi mais uma revolta na hora.

Enfim, eu sou nascida e moradora da Praia Mole, sou estudante de Biologia. Eu vou ao costão com muita frequência. É um lugar de espiritualidade, de identidade, de estudo e de trabalho.

Duas semanas atrás eu fui ao Costão esquerdo da Praia Mole e encontrei um nativo, eu fui conversar com ele, fui simpática, normal, depois até me perguntei se eu deveria ter feito isso. Em seguida, eu tirei uma dúvida com ele e segui, quando eu olhei para o lado ele estava se masturbando para mim, tinha uma criança ali ao lado também. Rapidamente, eu saí daquele local fui um pouco mais distante, em seguida outro homem também se masturbou para mim, isso em questão de cinco minutos. Eu ia ficar naquele local por pouco tempo, eu estava esperando meu irmão para irmos para a Galheta, porque eu não vou sozinha para a Galheta de forma alguma, mesmo que seja uma vontade minha. Indo para a Galheta, um desses homens estava na pedra, ele estava lá em cima, então se eu tivesse sozinha já seria uma situação. Na volta da praia, eu estava na trilha e o outro homem se masturbou para mim. Então, se eu estivesse fazendo aquela trilha sozinha, tanto na ida quanto na volta eu teria me deparado com esses dois assediadores.

(*Participante não identificada manifesta-se fora do microfone: “A Ilha da punheta, não é outra coisa. Desculpa eu te interromper, mas é extremamente irritante a pessoa não ter paz para chegar na praia. Três se masturbando, olha o que você está nos contando. Isso é gravíssimo.”*)

Sim, toda a praia.

(*Participante não identificada manifesta-se fora do microfone*: “*Isso é um absurdo, não tem como se calar, perdoa eu te interromper.”*)

Sim. Mas eu só queria dizer que a sensação que eu tenho é que isso nos distancia de nós, de um lugar que eu gosto tanto, que tem um valor para mim, mas que eu tenho receio de ir, mas de qualquer forma eu não vou de deixar de ocupar aquele lugar de estar ali fazendo o que eu gosto. Parece que acontece a todo o momento, mas cadê esses homens? Parece que é difícil de achar, mas não é, você faz aquela trilha da Galheta e aqueles homens estão na pedra e nunca tem polícia, nenhum responsável.

E eu tenho uma dúvida, porque eu sei o nome e sei que um desses homens é morador e nativo da Lagoa. E eu queria perguntar se só com o meu relato seria possível fazer alguma coisa, porque eu não tenho nenhum registro. Mas eu sei que é um processo longo, um desgaste que nem sempre a gente está disposta sofrer. Mas é isso.

*(Manifestação fora do microfone ininteligível*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Isadora, obrigado pelo seu relato.

Os suspiros são a solidariedade de todo mundo aqui, porque ninguém está aí para isso. Mas as tuas perguntas são muito bem-vindas, porque com certeza é a pergunta de muitas e muitas mulheres e de outras pessoas por conta de como se dispor a fazer essa denúncia, mesmo sabendo quem é o criminoso? E isso, no nosso trabalho durante esse período, foram vários os relatos de que as pessoas conhecem quem são esses criminosos. E, às vezes, até nas comunidades isso é banalizado, já tratam eles com esse perfil. Então é importante os órgãos de segurança informarem como proceder.

Passo a palavra para a senhora Janaína de Souza dos Santos, estudante de Direito e moradora do Morro das Pedras.

**A SRA. JANAÍNA DE SOUZA DOS SANTOS** – Boa noite a todas. Eu estou um pouco nervosa.

Eu sou aluna de Direito da Unisul, já passei por violência doméstica. O que me traz hoje é a situação da minha filha (*chora*). Eu tenho três filhas mulheres, a Isadora, a Eloisa e a Tainá, de 24 anos. Sexta-feira, na escola da minha filha de 12 anos, ela foi agredida dentro da escola no sul da Ilha. Na segunda-feira eu estive na escola e a diretora colocou os meninos na parede, meninos do 9º ano, e a minha filha só tem 12 anos, e isso me preocupa bastante enquanto mãe, pela questão da agressão física.

Eu entendo que o Estado não tem preparação nenhuma. Isso é pelo meu relato, pela minha denúncia, pelo jeito que eu fui recebida pela Policia Militar. De fato, eu posso falar porque isso aconteceu comigo. O policial que me atendeu quando eu fiz a denúncia me chamou de burra. Desculpem pelo desabafo.

(*Participante não identificada manifesta-se fora do microfone: “Quem tem culpa é esse cara.”*)

Eu temo pelas minhas filhas, porque nós não nos calamos, eu não vou desistir porque até então eu não fazia Direito, hoje em dia eu sei lutar pelos meus direitos e das minhas filhas.

Agora, pais, homens, Deputado e os demais, que largam seus filhos e suas filhas mulheres, eu fico pensando: isso é um preparo que tem que sair de dentro das suas casas, porque está na sociedade, vem da educação, de um todo, sociedade, hierarquia, machismo, envolvetudo. Porque eu também cresci num lar machista, o meu pai também era machista, só não agredia fisicamente, masverbalmente.

Então, não tem como nos calarmos mais, porque não tem mais espaço, se nos calarmos vamos ter que aceitar que ocorra com o seu filho, com a sua filha. Como fala a nossa colega, normalizar uma situação que já faz tempo que não é normal, feminicídio não é normal, nunca foi normal, nunca será normal esperar matar? Primeiro você tem que morrer para depois acontecer alguma coisa? O Estado tem uma parcela de culpa, pois como uma mulher faz 25 Boletins de Ocorrência e o agressor vai lá e mata? Nós temos aqui servidores e Deputado Estadual com filhase com esposa.

Eu gostaria de fazer uma pergunta: eu já fui a várias repartições, o Conselho Tutelar não nos dá respaldo, porque como que a diretora vai perguntar para mim, me pedir ajuda, para resolver uma situação dentro da escola com uma criança? Eu pedindo para ela resolver, por ser a diretora, e ela pedindo a minha ajuda porque não tem mais controle, de chegar ao ponto de uma criança de 12 anos ser agredida por seis meninos. Eu só deixo para vocês uma colocação para refletirem, para pensarem: a situação é muito mais grave do que vocês imaginam.

Muito obrigada. (*Palmas.*) [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Djonathan Costa*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Passo a palavra para a senhora Sofia Silva Lemos, moradora do Rio Tavares.

**A SRA. SOFIA SILVA LEMOS** – Boa noite. Sou grata a você, grata a todas as mulheres que estão falando hoje aqui.

Acho que agora mesmo com o seu relato fica claro que esta audiência tem que ir para esses lugares, principalmente as nossas crianças e adolescentes. A gente estava falando de praia e agora está vendo o absurdo que está, como se estende essa violência.

Uma coisa que me veio muito forte foi a conscientização desses meninos, desses adolescentes, desses homens, nossa, das meninas, das adolescentes, das mulheres, o quanto a gente precisa colocar limite, porque dentro de cada uma de nós tem algum lugar em que a gente foi invadida, abusada, constrangida, desvalorizada, e essa é uma dor que não é só das mulheres, os homens também têm. E é importante todos os homens também olharem para essa dor, porque é essa dor que vai curar e vocês não continuarem oprimindo as mulheres, violentando as mulheres, sutil ou grosseiramente (*palmas*). Eu já fui, você já foi, ela já foi, tem amiga minha que já foi estuprada, de fato, na trilha e nunca falou nada, nunca conseguiu falar.

Outra coisa que eu acho muito importante falar: a questão da ecologia na Ilha, na trilha, na natureza, está muito relacionada com a mulher. Esse lugar que eles invadem, o Campeche, que torna um lugar de ninguém, porque vira um monte de prédio de Airbnb, esse lugar que está sendo invadido é representação simbólica de como os nossos corpos também são. A Ilha está sendo invadida, assim como nós, mulheres, estamos sendo, e historicamente o Brasil e Santa Catarina é a representação... Como Santa Catarina foi historicamente construída? Teve mulher que chegou lá dos Açores embaixo de barco, porque senão ia morrer lá, teve negras, indígenas estupradas, violadas... a História do Brasil é essa: grilagem, ocupação de terra, quem tem mais poder chega batendo, violando, estragando, “estrupulhando” o corpo de outra pessoa.

Então, para mim esta audiência está sendo muito importante para que tenhamos noção de que o buraco está bem embaixo e nós precisamos de educação, nós precisamos de conscientização lá dentro, porque vocês têm filhas, vocês vão ter netas. Daqui a pouco nós passamos, mas a minha filha, os meus netos, as minhas netas, o meu filho...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Mais um minuto para concluir.

**A SRA. SOFIA SILVA LEMOS** – Eu quero que respeite a mulher. Eu quero me sentir respeitada, eu quero poder não morrer, porque quando eu vou à trilha, uma parte de mim morre, sabem por quê? Eu vou com o rabo preso, eu vou com o rabo preso, morre uma parte de mim, uma parte de mim não pode estar ali plena. E isso é muito triste. E só nós sentimos isso, pouca coisa vocês sentem, mas a sua filha deve sentir, porque também não é fácil, entende?

Então, eu quero muito, muito mesmo, que os homens passem a tomar consciência para começar a ocupar esse lugar de proteção real do feminino, proteção real da mulher.

É isso o que eu desejo e, sim, a gente vai falar e, sim, vai dar certo e, sim, a gente vai conseguir! (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado, Sofia.

Passo a palavra para a Naiara Mobliglia Benedicto, fonoaudióloga e moradora do Rio Tavares.

**A SRA. NAIARA MOBLIGLIA BENEDICTO** – Boa noite.

Acho que muito já foi falado. Eu sou profissional da área da saúde, sou fonoaudióloga e estou aqui para perguntar: cadê os profissionais da saúde para falar sobre a saúde mental das pessoas deste mundo? Para falar sobre a saúde mental desses homens que estão aprisionados, sei lá em quê, neles mesmos, no sentir, no gozo, que é gozar, que é se masturbar? Onde estão os profissionais da saúde qualificados para lidar com as pessoas, com a evolução humana, que está cada vez mais tecnológica?

De que adianta tanta tecnologia, se o ser humano não sabe lidar com o ser humano? Cadê os profissionais da saúde preparados para lidar com isso? Cadê o investimento do Estado para preparar os profissionais da saúde, os policiais, os educadores, para lidar com esses homens, para lidar com essas pessoas?

É esse o meu discurso hoje e obrigada a todos aqui. Obrigada, obrigada. Vamos fazer mais isso. Obrigada, Marquito, obrigada a coordenadora da Associação e obrigada a todos. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Passo a palavra para a senhora Mara Rejane Freire, vice-presidente da Associação dos Amigos da Galheta (Agal).

**A SRA. MARA REJANE FREIRE** – Boa noite a todas as pessoas. Obrigada, Marquito, por esta sua iniciativa, obrigada a todos que compõem essa mesa, que falaram tão bem, e a mulherada de luta, oh, mulherada forte, coisa mais bonita de ver, fico admirada.

Eu sou vice-presidente da Agal, a Associação dos Amigos da Galheta. Se as mulheres são tão vulneráveis, tão desejosas, imaginem as mulheres nuas? E nós estamos lá, estamos nuas. A praia da Galheta é democrática, vocês podem ir com roupa ou sem roupa. Nós somos filiados à Federação Internacional, também à Federação Brasileira de Naturismo e nós temos um código muito rígido de ética. Só que esse código muito rígido de ética não atinge aquelas pessoas, aqueles masturbadores que estão lá em cima, aqueles atacantes das trilhas. Muitas pessoas vão pensar que a trilha da Galheta é a trilha da punheta, mas não, no Campeche isso também se passa. Eu sou moradora do Campeche e eu sei de *n* casos de pessoas que sofrem assédio lá, e a Galheta é vista assim, porque tem a nudez e tal. Não, gente, a nudez no naturismo é a nudez natural, é a nossa nudez original que tem que ser respeitada.

Nós vimos aqui para observar como as mulheres estão nesse momento como vítimas, aliás, somos historicamente vítimas por sermos mulheres. No entanto, todos nós, homens e mulheres, nascemos de uma mulher, está cheio de homem aqui, gente, defendendo.

Nós já temos também bastante conhecimento com o gabinete do Tenente-Coronel Serafin, porque nós vamos lá todos os anos levar a nossa petição de maior proteção nas nossas trilhas, somos sempre muito bem atendidas, apesar de que não estamos conseguindo, efetivamente, impedir que aconteçam crimes contra as mulheres. Nós que somos naturistas, somos até bem preparados, mas não queremos ser bem preparados para o enfrentamento do homem ou do macho que está lá se mostrando e atacando. Nós queremos que isso não aconteça e isso, para nós, é via educação prévia, eduquem seus filhos, eduquem as crianças, os jovens, os meninos e meninas. Não queremos o vagão rosa, que é o vagão do metrô de São Paulo onde as mulheres poderiam andar naquele metrô em proteção, não somos um gado segregado. Aliás, não somos gado de jeito nenhum e não queremos ser segregados, nós queremos o direito à existência, o direito aos nossos corpos e queremos respeito.

Nós pedimos aqui diante de autoridades de vários setores policiais que sejam presentes. No que souberem que a Polícia deu um rolê lá no Campeche, na Galheta também: nossa, agora tem Polícia lá na praia da Galheta. Gente, isso é uma coisa que inibe a ação daqueles que poderiam atacar, isso vira notícia, mas o que está virando notícia e a mídia adora é dizer: olha, a praia da Galheta, mais uma vez na trilha do não sei o quê. Até quando acontece na Mole, é na praia da Galheta que aconteceu, então ficam criminalizando, na verdade, os corpos nus.

Eu respondo pela vice-presidência, a presidente não pôde estar presente, a senhora Miriam Alles, tanto eu quanto ela somos avós. Ela tem 82 anos e a gente vai à rádio, vai à televisão, vai à plenária defendendo não só o naturismo, como o nosso direito à existência. Então o que a gente mais pede é respeito e proteção.

Não vou usar os meus três minutos porque eu acho que eu fui bastante concisa. Muito obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Muito obrigado, Mara, por trazer lucidez.

Passo a palavra para a senhora Stella Davi, moradora do Rio Vermelho.

**A SRA. STELLA DAVI** – Boa noite a todas e a todos.

Marquito, muito obrigada pela oportunidade de podermos falar da liberdade das mulheres nas trilhas de Florianópolis.

Eu moro na Rua do Moçambique, no bairro Rio Vermelho, e a Rua do Moçambique, para quem não sabe, é uma das mais antigas com acesso à praia do Moçambique. Nós sabemos que a praia do Moçambique está entre a orla e a parte urbanizada e lá nós temos o parque, temos o Paerv. Eu moro há 23 anos, a 50 metros do início de uma das principais trilhas de acesso à praia. E sobre essa trilha, principalmente às autoridades policiais de segurança, eu gostaria de compartilhar que temos um abaixo-assinado que nasceu na pandemia, exatamente por conta da ausência de segurança nessa trilha, tanto da Polícia Militar quanto da Guarda Municipal. Esse abaixo-assinado se dirige aos órgãos de segurança e menciona não só a vida das mulheres que está sujeita e vulnerabilizada nessas trilhas, mas dos animais, das pessoas com problemas psiquiátricos que buscam a trilha para suicídio, estupro e todo o tipo de crime que sabemos acontece onde o Estado está ausente.

Uma observação sobre o que essa última senhora falou, em relação aos nossos corpos e à nudez. Marquito, mesa e demais, eu não vim aqui falar só da trilha, eu vim falar também das minhas experiências, tudo o que eu trouxe para compartilhar com vocês aqui é a partir das minhas experiências pessoais e políticas, certo? E essa moça que falou antes de mimfez-me refletir sobre o seguinte: nós não temos, culturalmente, preparo para lidar com a nudez, com a liberdade dos corpos. Por quê? Porque nós estamos num modelo econômico onde tudo é mercadoria e o corpo da mulher é a mercadoria principal desse modelo econômico, é a carne mais barata, não só a da negra, mas a das mulheres. E num modelo capitalista onde tudo é mercadoria, um corpo feminino que não está na presença de um corpo masculino ou um esposo, ou uma proteção masculina, é achado e não é roubado, posso meter a mão. Uma mulher sozinha incomoda. É possível que no perfil psicológico desses agressores tenha esse comportamento. Ela está sozinha ali, por que eu não vou agredi-la? Ela está sozinha, quem mandou ela vir sozinha à praia? Então já é um desrespeito nesse sentido.

Eu não tenho muitas esperanças e muitas ilusões, eu ouvi tantas falas aqui, desde a Defensoria, os militares, todas as falas com as suas autoridades, uma mãe com uma dor, várias mulheres com suas dores. Eu já precisei desse sistema que deveria nos ajudar, que passa pela Delegacia, pelo B.O., pela protetiva. Então, a partir da minha experiência, eu afirmo, de fato, que isso não resolve, o sistema está corroído, é um sistema parlamentar burguês, um modelo econômico capitalista e nada aqui está sendo montado. Então somos muito ingênuos quando achamos que temos que gritar, que vão nos ouvir, que vão resolver. Nós só veremos alguma mudança, mas aí é A Stella, não é, com a esperança e a desilusão dela nesse sistema cretino que não funciona. A gente só vai ver alguma mudança quando a mulher for compreendida na sociedade e respeitada, como é o feminino que faz parte de todo o contexto. E a gente segmenta, a gente identidariza, a gente separa, a gente tira.

Ah, é da mulher, é do gênero. Não é! Porque a metade da classe trabalhadora no Brasil é de mulheres! E mais da metade da população do País é de mulheres! Então, não é a mulher isoladamente, porque a mulher não está isolada de nada, ela é a mãe, ela é que cuida, ela é a que trabalha, ela é a que vai estudar... Ela está envolvida com tudo. Então, a cidade que não pensa na mulher, não é uma cidade, obviamente, inclusiva.

Eu peço mais um minuto, por gentileza. Gente, eu vim do Rio Vermelho abaixo de chuva, eu pedi o dinheiro da passagem para o meu vizinho emprestado para poder estar aqui para falar hoje da trilha. O negócio é o seguinte: o sistema está corroído. Eu fui agredida em 2020, em 2021, eu dei plantão na sala de espera da Delegacia da Mulher... e eu não vim aqui dizer que eu sou vítima, porque eu não sou vítima, eu não quero ser vítima de nada, porque eu tenho coragem, nós temos coragem. Então a partir da nossa coragem nós vamos transformar esse nosso lugar de vítima em algo que possa também colocar respeito ou medo, porque na ausência do respeito, o medo tem que funcionar para sobrevivermos, para estarmos vivas.

Eu quero fazer uma denúncia aqui: o Juiz Marcelo Volpato, que era o responsável pelas... Como é o nome desse documentinho aí, que diz que defende a nossa vida? Protetiva. A medida protetiva que o Juiz Marcelo Volpato assina para as mulheres, ela não foi... eu não fui consultada. A minha medida protetiva não adiantou de nada e ela foi desfeita diante do depoimento do meu agressor. Eu fui agredida num dia de Natal, num feriado de Natal, e quem é que... O Juiz de plantão, o Juiz de plantão está andando no Natal, meu bem. Medida protetiva? Esquece. Então o sistema é todo corroído, todo nojento, abominável! [*Transcrição: Grazielle da Silva*/ *Leitura / Leitura*: *Janis Joplin Zerwes Leite*]

Vamos à parte policial. Como eu moro em final de trilha, caminho para a praia, nos verões eu vendo o meu (falha na gravação). Estou lá, vendendo o meu suquinho... a polícia aparece. O 21º Batalhão, do norte da Ilha. A polícia aparece, o coquinho está gelado lá esperando a polícia, aí tem segurança. Quando tem dinheiro, quando tem comércio no caminho da praia, tem polícia. Quem faz a segurança, a manutenção, a limpeza, a construção do pórtico, o mural de avisos? Tudo o que o Estado não faz na trilha da Rua do Moçambique... Eu precisava que você gravasse, porque eu represento aqui os guardiões da trilha do Moçambique, eu represento mais de trezentas famílias que fazem a manutenção dessa trilha...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Está gravando, o.k.?

**A SRA. STELLA DAVI** – ...somos nós que fazemos, são os moradores. Nós fazemos vaquinha, fazemos mutirão, e sabe por quê, Marquito – e tu sabes bem disso que vou falar agora para vocês? Porque o encabrestamento da Floram... a moça saiu antes e eu fui lá conversar com ela. Acaba a rua urbanizada, temos 40 metros de largura antes do rio e a partir do rio é jurisdição do IMA. Do final do pavimento até o rio é Floram, e a Floram não existe, meu bem, porque antes de chegar da Mariana, que é responsável por alguma coisa que eu possa demandar a ela, o cabresto eleitoral daquele local, que é feudal, porque os três Vereadores que moram no Rio Vermelho com a mesma ladainha de sempre, eles disputam as nossas mazelas, eles disputam as nossas necessidades sociais, eles sorteiam. E esse é o inferno no qual eu não acredito mais, que é esse sistema burguês, capitalista, que não está aqui para incluir mulheres!

É de uma ingenuidade que eu fico... desculpa, mas nós não temos culpa de sermos ingênuas, não temos culpa, mas esse sistema parlamentar nos joga para a ingenuidade, e contra a ingenuidade temos a mentalidade crítica. Já dizia Álvaro Vieira Pinto, um dos maiores sociólogos do nosso país junto com Darcy Ribeiro.

Então quem não tem consciência crítica, tem uma consciência ingênua, e a consciência ingênua enxuga gelo! Acredita que o Coronel vai voltar para o seu Batalhão e vai dar tudo certo, que o 180 e que não sei o que vai funcionar, e que a coisa da Maria da Penha que vai lá... Essa Maria da Penha que o senhor falou, a Patrulha Maria da Penha, ela só funciona, meu irmão, com a protetiva. Tu tens que estar lá no cadastro da protetiva! A “burrocracia” é imensa! É uma “burrocracia” cancerígena!

E aí o que acontece, Marquito? Estupro na trilha, grupo da rua, o cara mexeu comigo na trilha. Quem vai resolver? Os homens, os surfistas, os homens do local e as mulheres, a comunidade, que vai se juntar e vai descer de moto, de bicicleta, vai se espalhar pela trilha, pelo parque, para moer o cara, o que também não resolveria. Então, como dizia Rosa Luxemburgo, ou a gente rompe com o sistema ou a gente vai viver a barbárie. E, infelizmente, os direitos dos corpos das mulheres estão segmentados e identidarizados no feminino burguês, e há uma diferença entre feminismo burguês e luta de mulheres! E nós precisamos de luta de mulheres! Que pena que a presidente da UBM foi embora antes, porque é uma insistência e eu tenho...

Outra coisa, gente. Eu fui vice-presidente, até o ano passado, Marquito, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que é uma sala de comadres, só serve para tirar foto com o Prefeito, botar o cabrito dentro da plantação das alfaces, botar a raposa dentro do galinheiro, fazer camisetinha e distribuir caridades. A gente está aqui para fazer caridade, ah, vamos levar um pouquinho de amor para ela. Mas nenhuma política pública! Onde está o Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres que não foi para a Câmara? Já vai acabar mais um mandato dessa mulherada que foi eleita e esse plano não foi votado, não foi discutido.

Os orçamentos. Vamos no nervo da coisa, vamos ser nevrálgicos aqui, Marquito. O Tribunal de Contas da União, qual é o orçamento do Estado e do Município para as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres? É no dinheiro, é no orçamento! E por conta do orçamento do Estado e do Município nós teríamos que mexer num pulgueiro que se chama dívida pública do Estado e dívida pública do Município. O dinheiro não chega para as questões sociais, porque ele é desviado antes.

Obrigada. Eu não falei a metade do que eu precisava, mas eu agradeço. (*Palmas.*)

(*A senhora Stella Davi manifesta-se fora do microfone. Ininteligível*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Stella, tranquilo, eu que peço desculpas.

(*A senhora Stella Davi manifesta-se fora do microfone. Ininteligível*.)

Eu sei.

Passo a palavra para a senhora Amanda Faraco.

**A SRA. AMANDA FARACO** - Boa noite.

É até difícil falar depois dessa fala, não é? Primeiramente quero agradecer a força de todos que estão aqui presentes. Eu acho que nós estamos falando sempre de uma transformação necessária e de uma desconstrução dos domínios culturais institucionalizados. E isso vai em torno da defesa da natureza, que já foi falado aqui, e falo de defesa da natureza de uma forma integrada mesmo. Nós não estamos falando só sobre unidades de conservação, sobre espaços abertos, mas, sim, da natureza da mulher como uma forma genuína de vida, não é?

Na verdade, a minha fala eu vou usar para atentar para um ponto em específico. De toda a mesa, a única pessoa que falou sobre ação preventiva foi a representante da Defensoria Pública e depois nas falas aqui abertas. E aí eu tenho uma pergunta para fazer:se alguém que representa instituições aqui, da mesa especificamente, teve acesso e leu o Anuário Brasileiro de Segurança Pública?

(*Manifestação fora do microfone inaudível*.)

Deste ano.

(*Manifestação fora do microfone inaudível*.)

É, mas as instituições não.

É um documento nacional com dados superatualizados de 2022 e que tem uma pauta específica que fala sobre a violência contra a mulher. Um dos dados é que 48% das violências contra mulheres acontecem dentro das residências, e seguindo, quase 20% são nos espaços públicos. E isso se dá justamente porque o espaço público reproduz a ausência de acolhimento e a desordem dos contextos residenciais em que as mulheres sofrem muitos abusos.

Outro dado, que eu acho que é muito importante e super-relevante, que entra nessa questão da cultura institucional, é que nós precisamos, de fato, urgentemente, questionar e atuar enquanto sociedade civil organizada, porque nós, sim, temos potencial de organização e nós, sim, temos potencial de força coletiva para mudar essa situação.

Este ano saiu um edital de chamamento público, em nível nacional, do Ministério das Mulheres, que eu vou até ler o nome. Então, foi o primeiro edital em nível nacional do Ministério das Mulheres que promovia um espaço para projetos de ações de educação popular e formação sobre acesso aos direitos e prevenção às violências contra as mulheres. Em 2023, foi a primeira vez, para ações que vão ser exercidas em 2024. Eu acho que isso, sim, é a integralização dos direitos e falar sobre a natureza em vários contextos. Mas essa integração da sociedade civil e das instituições e essa mudança, essa transformação eessa desconstrução precisam passar por esse acesso a essas verbas públicas e pela promoção de espaços de acolhimento nas diferentes escalas.Enquanto nós não estivermos potencializando essas organizações, nada vai mudar, porque outro dado desses relatórios que estão aí publicados e estão disponíveis é que quanto mais nós manifestamos a violência e promovemos ações preventivas, mais a violência acontece. Não só pelo fato de chegarem às instituições as denúncias, mas porque a liberdade que as mulheres começam a conquistar acaba enfrentando o domínio.

Então, o buraco é bem mais embaixo e eu acho que é preciso muita união. De fato, essa questão precisa estar aqui nesses lugares cada vez mais.

Só uma coisa a mais. Nós, enquanto organização da sociedade civil, precisamos fortalecer redes de apoio mesmo, para que esses grupos de WhatsApp não sejam só grupos de WhatsApp.

(*Manifestação fora do microfone ininteligível*.)

Movimentos que partam para ações de fato mesmo.

Acho que era isso. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado.

Eu vou pedir paciência para a nossa equipe de assessoria, eu sei que passou um pouco do tempo e está tarde, mas temos mais duas falas e depois vamos passar para os encaminhamentos.

Com a palavra a senhora Farah Diba Albuquerque, moradora do Alto Ribeirão.

**A SRA. FARAH DIBA ALBUQUERQUE** – Boa noite.

Meu nome é Farah Diba, sou jornalista, trabalho em um *site* chamado Sul de Floripa, moro no Alto Ribeirão, mas já morei no Morro das Pedras e já morei no Rio Tavares. Estou aqui há mais de trinta anos, sou do Acre, um Estado também bastante violento. Mas o que me traz aqui é uma fala que eu ouvi do Dalai Lama, na Nova Zelândia, onde eu fiquei um ano - ele falou há quatorze anos. É um pequeno trecho, mas muito forte. O meu inglês na época era muito básico, mas eu consegui entender em letras garrafais o que aquela entidade estava falando para nós naquele auditório: mulheres, vocês precisam se levantar, vocês precisam dar as mãos; não são vocês que vão arrumar o mundo, mas sem vocês o mundo não será arrumado, porque só vocês conseguirão parir melhores homens, fazer uma sociedade melhor e puxar esses homens que não estão alinhados para o caminho certo.

Aquilo mexeu muito comigo, porque eu tinha ficado longe dos meus três filhos que ficaram no Brasil, eu fui na frente e sofri muito preconceito por causa disso. É normal um homem sair na frente e abrir caminho, e lá eu sofri bastante porque a Nova Zelândia é um país novo, eu encontrei várias culturas e todas me olhavam estranho. Como assim, você deixou seus três filhos lá? E eu disse: eu estou em busca de um lugar melhor. Há quatorze anos eu já via as coisas mudando aqui na Ilha. Mas não deu para levá-los, voltei e vi minhas filhas crescerem aqui e entrarem para a estatística, não é? Eu não conheci nenhuma mulher que não tenha sofrido abuso. Eu, Farah, em 49 anos de vida, não conheci nenhuma mulher, todas as da minha família sofreram, inclusive as minhas filhas. Isso é triste.

Eu queria finalizar com o que várias disseram aqui. Nós já falamos bastante, que bom que nós temos os panfletos e os cartazes, mas essa parte tem que ir paralela às ações, tem que haver um grupo de educação, omovimento de espalhar isso e berrar, mas tem que ter em paralelo também, um grupo com ações para os dois caminharem juntos, educando, botando em prática e já fazendo as mudanças, fazendo-nos acreditar na polícia novamente e ligarmos para lá. Já aconteceu isso comigo também, de ligar e ser atendida por um homem e o homem perguntar: tem certeza que é isso? Duvidar. Então nós temos que mudar isso, como a moça da Defensoria Pública falou muito bem, esse processo que você falou, nós temos que mudar isso também. Eu sou uma pessoa que acredito que quando nós fazemos isso aqui (*refere-se àquela reunião*), não tem quem segure.

Tem uma foto, e eu vou terminar a minha fala com essa foto que eu vi recentemente. Imaginem um tubarão num mar bem azul, vários peixinhos e aqueles peixinhos estavam tão unidos, unidos assim num formato que engolia o tubarão. Então, eu sei que está cheio de tubarão aí querendo nos engolir, mas se nós juntarmos todo mundo, mulheres e homens, imaginem o tamanho, nós engolimos todos esses tubarõezinhos que estão no mar querendo nos pegar.

É isso, obrigada. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Passo a palavra para o senhor Luís Antônio Rodrigues, morador da Costeira.

**O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES** – Boa noite a todas.

Eu me chamo Luís BL, sou assessor parlamentar, fotógrafo e durante nove anos e meio eu fui conselheiro tutelar.

Eu vou ser bem direto aqui devido ao adiantado da hora, mas a contribuição vem exatamente por conta desses nove anos e meio da experiência enquanto conselheiro tutelar e de todas as experiências que eu tive na ação e fazendo os encaminhamentos voltados para a área da criança e do adolescente com a questão das violências sexuais.

Marquito, primeiramente quero parabenizar toda a assessoria do gabinete, as meninas conseguiram fazer esse movimento, porque é uma pauta extremamente dolorida, e entendo que toda a assessoria da Casa realmente já está desde as sete horas da manhã aqui, mas a pauta é dolorida e tem que ser dita.

Para encaminhamento, Marquito, a primeira coisa que eu iria sugerir é que fosse criado um seminário, porque esta audiência pública vai ser muito pequena, muito curta para a quantidade de coisas que teriam que acontecer. E eu digo mais, esse seminário não deve ser de apenas um dia, ele vai ser, provavelmente, em mais de um dia, e digo para você por quê. Aqui seguem os encaminhamentos.

Primeira coisa, chamar o Tribunal de Justiça para estar nesse seminário. Talvez seja de desconhecimento de vocês que não existe uma Vara específica para trabalhar sobre a questão das violências, principalmente de crianças e adolescentes. Eu sou em ex-conselheiro tutelar e há poucos dias fui ainda chamado para prestar um depoimento de uma jovem que foi abusada no ano de 2017. Então, o que acontece? Essa jovem já é adulta, já é mãe, e assim por diante, e nós ainda estamos falando das violências de 2017. Então, no Tribunal de Justiça, nas Varas, existe uma tarjeta que são as questões com prioridade, idosos, entre outras coisas. Em Santa Catarina não existe uma Vara específica para a questão dessas violências contra crianças e adolescentes. Então, a primeira sugestão seria essa, Deputado, a questão de conversar sobre uma Vara específica com o Tribunal de Justiça, porque a Vara da Criança e do Adolescente não é a mesma, a gente não pode confundir.

A outra coisa é chamar o Secretário de Segurança Pública para nós discutirmos a questão das polícias, tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar. Respeitando os responsáveis, que estão hoje aqui na mesa, eu posso falar novamente pela experiência que eu tive: nenhuma das duas polícias sabia tratar, não têm trato com essa situação.

A 6ª Delegacia de Polícia, de 17 de novembro de 2009, quando eu entrei, até o ano de 2019, quando eu saí, ainda era tratada como a “Delegacia do Castigo”. Os policiais que estavam indo para lá eram policiais que tinham cometido algum tipo de situação em outra Delegacia, e é conhecida como “Delegacia do Castigo”. Lógico que nós temos profissionais lá que gostam e amam a causa, porque lá nós temos três Delegacias, nós não temos só a Delegacia que cuida da causa da criança e do adolescente, nós temos a Delegacia do Idoso e nós temos a que cuida dos adolescentes que são autores de ato infracional. Então, são três Delegacias dentro de um corpo, mas foi durante quase dez anos, e eu duvido que tenha mudado agora a “Delegacia do Castigo”.

Outra coisa: a Secretaria da Educação. Deputado, não é possível nós fazermos um debate dessa envergadura sem chamar a Secretaria da Educação. O Nepre, que é o Núcleo de Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, dentro do seu corpo de avaliação, na escrita, no documento, tem psicólogo e assistente social; no entanto, quando você vai naquele espaço e questiona, e eu já fiz isso, que gostaria de conversar com a assistente social e com o psicólogo da Secretaria da Educação, do Núcleo de prevenção de violências, isso não existe. Então, é impossível nós conseguirmos fazer um trabalho que seja digno, trabalhar a questão de violências sexuais, sem ter esses dois profissionais. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

E, por último, chamar a Secretaria da Saúde para que nós consigamos fazer um debate amplo também sobre a necessidadede encaminhamentos, como essas fantásticas mulheres tiveram aqui, por protocolo de atendimento de vítimas sexuais. Existe um protocolo hoje que é um protocolo específico sobre o qual o Conselho Tutelar trabalha, o hospital trabalha, que é o HU, entre outros – e a Delegada da 6ª DP sabe muito bem como é esse protocolo de atendimento. E eu, particularmente, já denunciei à Corregedoria, na época em que eu era conselheiro tutelar, que o policial plantonista, na época que ainda tinha o atendimento 24 horas na 6ª Delegacia – porque houve um atendimento 24 horas – não queria fazer o atendimento do protocolo, porque a gente quer o Protocolo RAIVS.

Então, posso falar para vocês que existia um momento bom e hoje em dia ele foi realmente sucateado. Esse foi o meu encaminhamento, eu me coloco aqui como uma pessoa que trabalha junto ao gabinete do Deputado Marquito, eu me solidarizo com todas vocês e essa é a minha contribuição, trazendo essa experiência que eu tive enquanto conselheiro tutelar.

Obrigado a todas. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Passo a palavra à Mexiana Zabott, assessora jurídica do nosso gabinete, que vai dar uma informação e depois partirmos para os encaminhamentos.

**A SRA. MEXIANA ZABOTT** - Oi, gente, eu vou ser bem breve.

Para dar um retorno do que a gente havia conversado e combinado em reuniões anteriores, até foi uma sugestão que veio de alguns diálogos que nós tivemos com o Comandante da Polícia Militar, a propositura de um projeto de lei que tivesse o escopo de fazer uma penalização administrativa com o intuito de aplicar multas, nós tivemos algumas discussões internas sobre isso, sobre como fazer esse encaminhamento, inclusive a pedido das mulheres que se organizaram num primeiro momento, aquele movimento do Campeche, e resolvemos dar encaminhamento nesse projeto de lei.

Então, nós estamos com a minuta pronta, a ideia é protocolar, se nós estivermos de acordo, e também apresentar aqui para vocês, ponto a ponto, e tentar fazer uma discussão, mas devido ao adiantado da hora eu acho que vale a pena protocolar, e aí, num segundo momento, fazermos alguns encaminhamentos específicos e pontuais.

Então eu só vou apresentar, de forma geral, o que pensamos para esse projeto de lei, que é essa sanção administrativa, e a ideia é uma multa que se reverta em ações, justamente, de caráter preventivo, ações de prevenção a violências contra mulheres. E independente do espaço em que isso ocorra, precisamos também pensar na questão da notificação, na questão das provas, que foi bem colocada pela Defensoria Pública. Mas o instrumento que temos, a partir do Legislativo, além dessa proposta de conversa, de tornar isso público e trazer esse assunto à tona, é a propositura de leis, né?

Estamos tentando trazer essa proposta, abertos a discussões. Acho que temos construções para serem feitas sobre isso ainda. E aí fico à disposição para trocarmos uma ideia, se vocês quiserem trazer algum ponto específico – infelizmente não vamos fazer ponto a ponto aqui, mas a ideia é trazer essa notícia para vocês.

Obrigada e boa noite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** - Somente para complementar, é sobre importunações essa ação administrativa, é uma tipologia, né? É um debate que a gente está fazendo, que ainda está avançando e depois a gente vai continuar com essas questões.

Gente, primeiro eu quero agradecer à assessoria da Casa pela disponibilidade. Eu sei que a gente se passa, mas as nossas audiências públicas têm essa característica, não existe condição alguma de fazer audiência pública e não ouvir as pessoas, a gente se coloca nesse lugar e, às vezes, nós nos passamos mesmo, são as audiências que mais adentram ao horário, né? Mas eu quero agradecer a disponibilidade, a gente não consegue ficar completamente constrangido de propor um espaço desses e não ouvir as pessoas, até porque é um espaço muito restrito mesmo, eu concordo. Ela tem muitos limites e restrições, mas são instrumentos que nós temos nas mãos hoje.

Então, o primeiro encaminhamento que a gente quer tomar, que já é um processo que vimos construindo, a Maíra tem coordenado esse trabalho junto com a gente e toda a assessoria, mas vamos fazer ações com os coletivos, com as organizações e com os movimentos sociais de base, de mobilização e de distribuição desse material nos bairros com ações que levem essas características de estarem presentes e atuar lá mesmo com o mandato, com as instituições que a gente colocou aqui, da Assembleia Legislativa, da Defensoria Pública e assim por diante. Então, essa é uma das ações.

(*Um dos participantes não identificado manifesta-se fora do microfone: ”Tenho uma proposta de encaminhamento.”*)

Tá, mas vou fazer todas aqui e, de repente, você vê se foi incluída.

Eu também coloco como encaminhamento o que recebemos aqui: o abaixo-assinado em relação ao Rio Vermelho, à trilha do Moçambique, vamos incluir.

(*Um dos participantes não identificado manifesta-se fora do microfone: ”Individual, as instâncias de segurança... aos batalhões.”*)

Isso, a gente vai destinar.

Eu vou colocar aqui também como encaminhamentos: divulgar o material e as informações do que foi produzido aqui, hoje. A gente tem uma questão que é, ainda, a garantia daquilo que nos comprometemos com as forças públicas de segurança, que é do Sistema Integrado de Câmeras de Segurança Pública, vamos continuar, e é o encaminhamento desta audiência, garantir que essas câmeras de segurança pública e as privadas estejam no sistema integrado, para facilitar os processos de investigação e de identificação, porque isso foi muito recorrente - a dificuldade de chegar até o ato crime ou ao criminoso foi por conta da ausência desse tipo de equipamento. E foi falado aqui pelas forças que têm condições de fazer isso.

A questão de descriminalizarmos a educação sexual, e esse é um encaminhamento para toda a Assembleia Legislativa e para as forças de educação. É fundamental que a gente saia desse lugar, porque cada vez mais se amplia a questão de criminalizar a educação sexual formal. E também como encaminhamento, a necessidade da Delegacia 24 horas, a Delegacia da Mulher 24 horas como necessidade urgente para que se tenha a garantia – a gente está colocando isso no âmbito do Município de Florianópolis.

A questão da formação das forças de segurança pública sobre a questão das violações em relação à dignidade sexual das mulheres. Isso ficou na fala de muitas para que esses agentes das forças de segurança pública estejam preparados, para que esses corpos violados possam fazer a denúncia, serem acolhidos e tenham garantido o procedimento que está previsto em lei, obviamente.

E, depois, também a questão da subnotificação, e aí eu acho que o nosso material tem por objetivo garantir a ampliação da notificação dessas denúncias.

Por fim, foi proposto aqui que ampliássemos a discussão e realizássemos um seminário amplo no âmbito da Assembleia Legislativa. Vamos construir isso junto com o Observatório, a Delegada está aqui conosco. Queremos construir e ampliar esse debate para fazermos um seminário a partir deste lugar e também para os outros lugares das diferentes instâncias do Tribunal de Justiça, da Secretaria da Educação, da Secretaria da Saúde e do Tribunal de Contas.

(*A senhora Stella Davi manifesta-se fora do microfone: “Orçamento das políticas públicas, é muito importante isso, Marquito, porque são os orçamentos que são decisivos para que essas questões cheguem na ponta, na vida das mulheres.”*)

Sim.

Outra coisa que apareceu foi a necessidade das ações integradas com os órgãos de proteção ambiental, que são responsáveis pelas unidades de conservação e pelo acompanhamento das trilhas. Então, em parceria com a sociedade civil e com as universidades, isso foi colocado. E, por fim, foi colocada uma questão muito concreta: quando se tem a identidade do criminoso, como que a gente faz? Se somente a palavra serve. A frase da Isadora foi muito emblemática, porque isso apareceu em muitos relatos, em muitas das nossas conversas. Aqui a gente ouviu relatos de abusos em escolas, ouviu de abusos na trilha, ouviu de abusos na praia e a gente ouviu, muitas vezes, que a gente sabe. Inclusive se falava disso no começo. Às vezes, caracteriza ou acaba caricaturando aquela figura do bairro que é conhecida como uma pessoa importunante, como uma pessoa que importuna.

Então, a pergunta final é essa: quando se sabe da identidade, como se faz? E como se assegura a segurança dessa pessoa que faz a denúncia? Eu coloco isso como encaminhamento.

Eu abro aqui a palavra caso alguém queira fazer uma palavra final ou encerramento. Pode ser? Quer falar, Lorena?

**A SRA. DEFENSORA LORENA CORDEIRO** - Eu sou de Natal, Rio Grande do Norte. Alguém deve ter se questionado de onde era o meu sotaque.

(*A senhora Stella Davi manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

E lá, antes de me tornar Defensora Pública, eu fui advogada no Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual, o Cedeca, onde tínhamos uma ação muito interessante e que inclusive virou um projeto de lei em Natal, que é o Projeto da Autoproteção. Nesse Cedeca temos uma equipe multidisciplinar formada por uma psicóloga, uma assistente social e uma advogada, que na época era eu. Fazemos discussões de casos emblemáticos, mas, para além de atuar em casos concretos, também fazemos ação na escola, tanto diretamente com as crianças quanto diretamente com a equipe. Então, é como se fosse uma qualificação da equipe da escola para identificar as crianças e os adolescentes que estão apresentando indícios de que estão sofrendo violência sexual.

Essa ideia da autoproteção pode ser aplicada em qualquer lugar, seja na escola, seja na comunidade. Tanto é que foi utilizado esse modelo, a lei ainda não foi aprovada lá em Natal, mas o Vereador apresentou esse projeto de lei a partir dessa experiência do Cedeca.

Acredito que esse possa ser um possível encaminhamento. Eu posso passar esse projeto de lei, porque antes de ser Defensora, eu também fui assessora parlamentar, eu produzia esses projetos de lei e posso passar também para a assessoria essa minuta para ser apresentado aqui no Estado de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Obrigado. Colocado como encaminhamento.

É isso gente. Alguém mais quer se manifestar? Tenente-Coronel?

**O SR. COMANDANTE TENENTE-CORONEL PM ANDRÉ RODRIGO SERAFIN** – Quero agradecer novamente pelo convite em nome da Polícia Militar. É importante estarmos nesses espaços ouvindo, né? Como o nosso Comandante sempre fala, nós somos pessoas que usam uma farda, então nós vivemos ali, sentimos aquilo, podem ter certeza disso.

Algumas denúncias surgiram aqui em relação ao mau atendimento da Polícia Militar. Assim como nós pedimos para replicar as ocorrências que acontecem, todo mau atendimento da Polícia Militar deve ser replicado, deve ir à Corregedoria e à Ouvidoria para nós apurarmos. E todos os nossos processos são encaminhados e acompanhados pelo Ministério Público, saibam disso.

Iremos, com certeza, com esse apoio que nós receberemos, tentar melhorar essa situação nas trilhas, nas praias, em coletivos e em todos os locais, porque a violência realmente acontece em todos os espaços. Mas é uma luta árdua, é bem difícil, é bem complicado. Nós temos um universo... Por exemplo, somente hoje são mais cem ocorrências durante o dia, de toda a natureza, de violência sexual a roubo, furto, sequestro, disparo de arma de fogo, acidentes com vítima. Tudo isso acaba caindo no 190 e nós temos uma limitação de viaturas e de homens para trabalhar, mas priorizamos a vida, sempre.

Essa é uma pauta muito importante, Marquito, pode ter certeza.

**A SRA. STELLA DAVI** – Por gentileza.

Aproveitando a sua presença e a oportunidade, eu gostaria de registrar uma denúncia, como moradora da Rua do Moçambique, sobre o patrulhamento da Polícia Militar nessa rua, porque não chega até o final da rua. A extensão da Rua do Moçambique, CEP 88060-415, Rio Vermelho, tem 1,6 quilômetro, esse é o tamanho, a extensão da Rua do Moçambique, principal acesso para a praia, a rua mais importante do bairro, e os patrulhamentos motorizados da Polícia Militar entram na rua e não vão até o fim, eles vão até a altura do número 700, que é a metade da rua, manobram e vão embora.

Eu, Stella Davi, estou fazendo essa denúncia em meu nome, em nome dos moradores e das mulheres da minha rua. Então, eu gostaria de deixar registrada esta denúncia aqui e pedir que o senhor, como autoridade da Polícia Militar, tome providências.

E um dos encaminhamentos desse abaixo-assinado que o mandato do Marquito vai caminhar aqui, e que eu gostaria de estender para todas as trilhas de acesso à praia, é a inclusão das câmeras de monitoramento eletrônico, esse monitoramento que fazem propagandas lindas, com investimento em mídias lindas na televisão para o sucesso do governo atual e da Polícia Militar, e essas câmeras devem estar ligadas nas principais trilhas de acesso à praia. Não só pelas mulheres, mas por todas as pessoas que passam.

Eu tenho um estudo socioeconômico, Marquito, que eu vou passar depois em anexo para ti, especificamente sobre a trilha do Moçambique.

Muito obrigada, Comandante.

**O SR. COMANDANTE TENENTE-CORONEL PM ANDRÉ RODRIGO SERAFIN** – Está o.k., Marquito, depois que tu conseguires, passa para mim esses dados.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** - Vou passar.

**O SR. COMANDANTE TENENTE-CORONEL PM ANDRÉ RODRIGO SERAFIN** - Lembrando que no início da minha fala eu disse sobre a divisão, eu sou Tenente-Coronel, Comandante do 4º Batalhão. O Moçambique pertence ao 22º Batalhão, que tem o seu Tenente-Coronel Comandante também. Mas eu farei questão de passar para ele esses dados sobre as câmeras.

Para vocês entenderem, rapidamente, existe um projeto do Estado chamado Projeto Bem-Te-Vi, em Florianópolis, com aproximadamente trezentas câmeras. É pouco para o tamanho de Florianópolis, a Capital, sendo que a grande maioria das câmeras está no Centro de Florianópolis e na região da Trindade, essa região mais urbanizada. Precisamos, sim, avançar para os bairros, para as praias, para as trilhas, mas é um investimento do Estado, a gente sempre reporta isso, né? É uma ferramenta importantíssima e também será repassado, com certeza.

**A SRA. STELLA DAVI** – Coronel, o senhor sabe que o Projeto Bem-Te-Vi tem várias ingresias até poder ser executado. Inclusive a mudança de transmissão de Internet. As pessoas não querem estar dentro do aplicativo e darem todos os seus dados pessoais, porque as pessoas não acreditam mais no sistema digital. E para você ter o Programa Bem-Te-Vi, que é a Vizinhança Solidária na sua rua, precisa de todas essas etapas, que são etapas burras que não facilitam e que não promovem a segurança, de fato. Então, na verdade, são barreiras.

Eu entendo que o senhor está aqui porque é um trabalhador da segurança pública, o senhor não é um herói. As Forças Armadas, as Polícias têm que se despir desse complexo de heroísmo. Vocês são trabalhadores e, como trabalhadores, precisam se posicionar como tal. Eu sei que não é fácil a missão de quem está trabalhando na segurança pública; vocês são trabalhadores, são classe trabalhadora. Então, se vocês não estiverem ao lado dos trabalhadores da comunidade nas instâncias de discussões internas dos órgãos militares, não vamos conseguir.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito)** – Stella, peço desculpas, mas vamos encaminhar. Por respeito, a gente passou bastante do tempo, aqui com as trabalhadoras e os trabalhadores do plenário, eu queria, com esses encaminhamentos, agradecer a disponibilidade e a disposição de todos. Tem um esforço enorme nosso aqui de garantir este debate, porque não é um debate fácil, não é um debate comum. Não é todo dia que tem uma discussão, um debate aberto deste, né? A gente sabe disso.

Temos uma Bancada da Grande Florianópolis aqui, que é composta por quatro Deputados: eu, o Deputado Sérgio Guimarães, o Deputado Sergio Motta e o Deputado Camilo Martins, e nós nos reunimos e destinamos emendas de forma organizada. O Deputado Sergio Motta destinou para a questão da Polícia Militar; eu destinei para as ações de educação sanitária ambiental e educação ambiental; o Deputado Camilo Martins para as obras de infraestrutura; e o Deputado Sérgio Guimarães, se não me engano, para as obras de saúde.Então nós fizemos uma divisão dentro dessas tarefas, que é a Bancada.

Estamos conscientes sobre isso, e um dos encaminhamentos concretos aqui desta audiência é garantir que as trilhas, especialmente esses lugares onde nós já temos incidências, tenham garantido o monitoramento remoto através de câmeras. Vamos questionar isso, e é uma ação que o mandato, em conjunto com a Bancada da Grande Florianópolis, vai colocar para ser cumprido através desses apoios de emendas.

Eu vou dar por encerrada a audiência pública. Nós podemos continuar conversando para liberar os trabalhadores do plenário, aos quais agradecemos a disponibilidade, e faremos, sim, um próximo debate sobre esse tema. Desculpem o alongar do tempo e o cansaço, mas o tema nos exigiu essa posição.

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura: Vera Regina Zacca / Leitura Final: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO**

**PRESIDENTE**